

A close-up photograph of a red train car with the white 'CP' logo. The train is moving, as indicated by the blurred background. A large green semi-circular graphic is overlaid on the bottom left of the image.

Relatório e Contas Consolidadas do Grupo CP 2019



COMBOIOS DE PORTUGAL

FICHA TÉCNICA

CP – Comboios de Portugal, E. P. E.

Calçada do Duque, nº 20

1249-109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário 3 959 489 351,01 € (a 31 de dezembro de 2019)

Conceção e coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

Contactos: webmaster@cp.pt

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

ÍNDICE

Sumário do Ano	8
O Grupo CP	11
Abrangência do Grupo.....	13
Ramos de Atividade	14
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.....	14
EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.	14
SIMEF, A.C.E.....	14
ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	14
FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.	14
SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.	14
TIP, A.C.E.	15
OTLIS, A.C.E.	15
Relações Intragrupo	15
Enquadramento.....	16
Contexto	18
Relato Não Financeiro.....	18
Enquadramento Macroeconómico	18
Modelo de Governo	19
Atividade do Grupo	22
CP	24
Sumário Executivo	24
Atividade em 2019	24
Gestão dos Meios	27
Procura e Oferta.....	28
Proveitos.....	29
Investimentos	29
Resultados	30

EMEF.....	32
Sumário Executivo	32
Operação.....	33
Recursos Humanos	34
Investimentos	34
Proveitos.....	34
Resultados	36
FERNAVE	37
Sumário Executivo	37
Operação.....	37
Proveitos.....	39
Recursos Humanos	39
Resultados	40
Ecosaúde	41
Sumário Executivo	41
Operação.....	41
Recursos Humanos	42
Resultados	43
SAROS	44
Sumário Executivo	44
Operação.....	44
Proveitos.....	44
Recursos Humanos	45
Resultados	45
Análise Económico-Financeira.....	46
Resultado Líquido do Grupo	48
Resultado Operacional da Atividade <i>Core</i> (EBITDA).....	49
Resultado Operacional	50
Resultado Financeiro	51
Balanço.....	52

Ativo.....	52
Capital.....	53
Passivo.....	53
Financiamento.....	54
Dívida Remunerada	54
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	55
Perspetivas para 2020	56
Nota Prévia	58
CP.....	58
FERNAVE	60
ECOSAÚDE	61
SAROS	61
Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2018	62
Factos Relevantes Após o Termo do Exercício	65
Demonstrações Financeiras.....	68
Notas Anexas Às Demonstrações Financeiras	75
Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)	77
Identificação	77
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2).....	78
Referencial contabilístico	78
Derrogações às IFRS	79
Valores comparativos	79
Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)	80
Bases de mensuração	80
Consolidação	81
O Grupo e a Empresa	81
Método de consolidação.....	86

Perímetro de consolidação.....	87
Políticas contabilísticas relevantes.....	89
Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2019	110
Fluxo de Caixa (nota 4).....	113
Rubrica de Caixa e depósitos bancários	113
Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5).....	114
Composição do resultado por segmento de negócio (nota 6).....	114
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7).....	117
Ativos intangíveis (nota 8).....	120
Direitos de Uso de Ativos (nota 9)	121
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 10).....	122
Outros Investimentos Financeiros (nota 11).....	123
Impostos Sobre o Rendimento (nota 12).....	125
Inventários (nota 13).....	126
Clientes (nota 14)	128
Estado e Outros Entes Públicos (nota 15)	129
Outros créditos a receber (nota 16)	130
Diferimentos (nota 17)	131
Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 18)	133
Capital Subscrito (nota 19)	134
Reservas Legais (nota 20).....	134
Outras Reservas (nota 21).....	135
Resultados Transitados (nota 22)	135
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 23)	136
Provisões (nota 24)	136
Financiamentos Obtidos (nota 25)	137

Outras dívidas a pagar (nota 26)	139
Fornecedores (nota 27).....	140
Adiantamentos de clientes (nota 28).....	141
Vendas e Serviços Prestados (nota 29).....	141
Subsídios à Exploração (nota 30)	142
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 31)	142
Variação nos inventários da produção (nota 32).....	143
Trabalhos para a própria entidade (nota 33).....	143
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)	144
Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)	144
Gastos com Pessoal (nota 36)	145
Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 37).....	146
Outros Rendimentos (nota 38)	146
Outros Gastos (nota 39).....	147
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 40)	148
Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 41)	148
Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 42).....	149
Juros e Gastos Similares Suportados (nota 43).....	149
Garantias e Avals (nota 44).....	149
Remuneração do revisor oficial de contas (nota 45)	150
Acontecimentos Relevantes Após a Data da demonstração da posição financeira (nota 46)	150
Anexos.....	151
Relatório de Auditoria	153
Certificação Legal das Contas	161
Relatório do Conselho Fiscal.....	170

01

SUMÁRIO DO ANO



Indicadores Operacionais do Grupo	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Procura				
Passageiros (10 ³)	144 894	126 275	18 619	14,7%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	4 436 079	4 104 131	331 948	8,1%
Oferta				
Comboios (103)	434	431	3	0,7%
Cks (10)	29 094	28 531	563	2,0%
Recursos Humanos				
CP	2 646	2 658	-12	-0,5%
EMEF	1 009	1 031	-22	-2,1%
Fernave	9	9	0	0%
Ecosaúde	26	27	-1	-3,7%
Saros	1	1	0	0,0%
Efetivo Final a Cargo	3 691	3 726	-35	-0,9%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	240	237	3	1%
Locomotivas	32	32	0	0%
Carruagens	104	104	0	0%

Indicadores Financeiros do Grupo (Valores em 10 ³ €)	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Demonstração de Resultados				
Resultado Operacional (1)	4 513	-36 805	41 318	112%
Resultado Líquido	-52 502	-106 249	53 747	51%
EBITDA (2)	58 763	18 328	40 435	221%
Balanço				
Ativo	595 927	589 808	6 119	1%
Capital Próprio	-1 776 515	-2 271 614	495 099	22%
Passivo	2 372 442	2 861 422	-488 980	-17%
Financiamentos Obtidos	2 066 901	2 587 478	-520 576	-20,1%

(1) Foi efetuada uma reclassificação das diferenças de câmbio desfavoráveis de 2019, da rubrica de "juros e gastos similares" suportados para "outros gastos", no valor de 2.708,21 euros.

(2) Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações, nomeadamente diferenças de câmbio, não relacionadas com a atividade core da empresa.

O GRUPO CP



0461

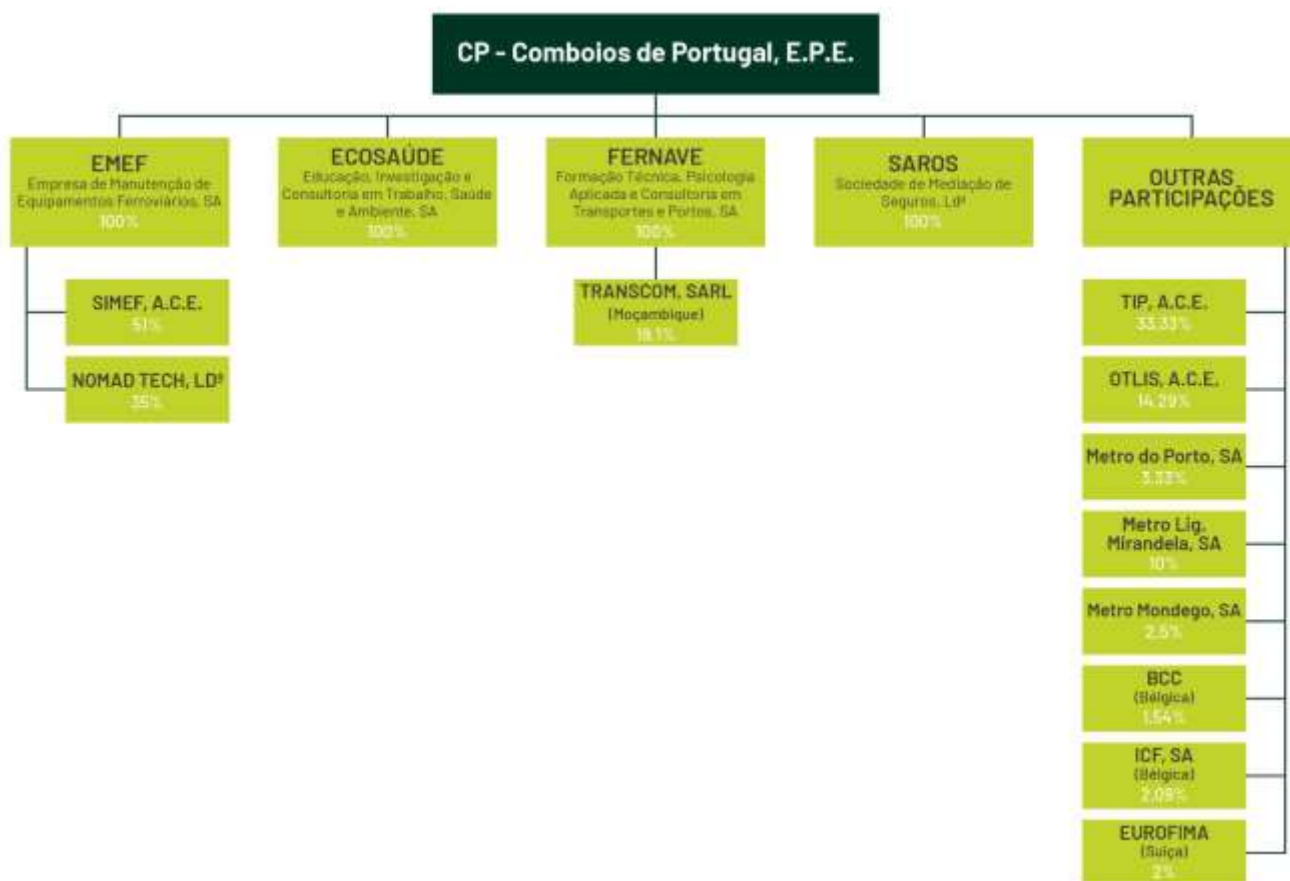
CP

461

Abrangência do Grupo

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas em 2019:



O Decreto-Lei n.º 174-B/2019 de 26 de dezembro aprovou a fusão das empresas CP - Comboios de Portugal E.P.E. e da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A. e produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2020. Trata-se de uma fusão por incorporação da EMEF na CP, voltando a Empresa-mãe a concentrar as valências de manutenção e reparação do material circulante, numa operação que permitirá obter sinergias internas significativas.

Ramos de Atividade

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

A EMEF tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária. Realiza o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção.

SIMEF, A.C.E

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.

ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

TIP, A.C.E.

O TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.

OTLIS, A.C.E.

A OTLIS é responsável pelo desenvolvimento do projeto de telebilhética na área da Grande Lisboa em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

Relações Intragrupo

O quadro seguinte mostra os serviços que as empresas do Grupo prestam entre si:

Prestador	Serviço	Recetor				
		CP	EMEF	Fernave	EcoSaúde	SAROS
CP	Aluguer Edifícios		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc.)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Refaturação (limpeza de instalações, vigilância, utilities, etc.)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
EMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	<input checked="" type="checkbox"/>				
Fernave	Formação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
SAROS	Mediação de Seguros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

ENQUADRAMENTO



SNCF

3572

Contexto

A CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, tal como previsto no Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. Estas demonstrações expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

Relato Não Financeiro

No que diz respeito ao Relato Não Financeiro do ano 2019, a CP elabora desde 2008 o seu Relatório de Sustentabilidade e publica-o no seu *site* em data posterior ao da publicação do Relatório & Contas ou Relatório Anual de Gestão. Para o exercício em apreço, procederá do mesmo modo, de acordo com o Artº 3º do Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho.

Enquadramento Macroeconómico

A economia Portuguesa cresce há vários trimestres consecutivos e registou, ao longo dos últimos anos, um dos períodos de maior e mais prolongado crescimento económico, o qual ocorreu num quadro de equilíbrio das contas externas. Este desempenho permitiu retomar um movimento de convergência face à União Europeia que esteve ausente ao longo de 15 anos. Os fatores fundamentais para explicar esta evolução consistiram na estabilização do setor financeiro, na recuperação do investimento, no reequilíbrio das contas externas e nos progressos alcançados na consolidação estrutural das contas públicas.

Em 2019 o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,2% em volume, menos 0,2 pontos percentuais que o observado no ano anterior. Esta evolução resultou do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o abrandamento do consumo privado.

A procura externa líquida apresentou um contributo ligeiramente menos negativo que em 2018, verificando-se uma desaceleração das Exportações e das Importações de Bens e Serviços.

A taxa de desemprego manteve-se ao nível do ano anterior, em 6,7%.

Verificou-se uma reduzida taxa de inflação, com o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) a registar uma taxa de variação média anual de 0,3% em 2019, inferior aos 1,2% do ano anterior.

Em 2019 foi implementado um importante incentivo à mobilidade e à utilização dos transportes públicos que consistiu no Despacho n.º 1234-A/2019 dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade, que consagrou o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART).

Os indicadores positivos da economia e o incremento do turismo contribuíram favoravelmente para o acréscimo das necessidades de mobilidade e para a evolução da procura do Grupo em 2019, mantendo a tendência de crescimento registada desde 2013.

Modelo de Governo

No decurso de 2019 ocorreu a nomeação de novos órgãos Sociais, com alteração do modelo de governo, passando o Conselho de Administração da CP a ser composto por cinco elementos.

O Conselho de Administração da CP, até 18 de julho, teve a seguinte constituição:

Presidente – Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal – Dr^a Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal – Eng. Sérgio Abrantes Machado

Os Membros do Conselho de Administração da CP exerceram ainda os seguintes cargos de Administração:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2019		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Carlos Gomes Nogueira	EMEF	Presidente do C.A. (de 20-08-2018 a 18-07-2019)	Pública
	FMNF	Presidente interino do C.A. (de 28-02-2018 a 18-07-2019, por renúncia)	Pública
Ana Maria dos Santos Malhó	EMEF	Vogal do C.A. (de 21-07-2017 a 18-07-2019)	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A. (de 01-08-2017 a 18-07-2019)	Pública
Sérgio Abrantes Machado	EMEF	Presidente do C.A. (de 21-07-2017 a 18-07-2018)	Pública
		Vogal do C.A. (de 20-08-2018 a 18-07-2019)	
	Nomad Tech	Gerente (de 01-08-2017 a 30-07-2019)	Privada

Legenda:

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

FMNF - Fundação do Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado

C.A. - Conselho de Administração

O Conselho de Administração da CP, a partir de 19 de julho, passou a ser composto por:

Presidente - Eng^o Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas

Vice-presidente - Eng^o Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vogal - Dr^a Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Dr^a Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Eng^o Pedro Manuel Franco Ribeiro

Os Membros do Conselho de Administração da CP exercem também os seguintes cargos de Administração:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2019		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	EMEF	Presidente do C.A. (desde 22-07-2019)	Pública
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	EMEF	Vogal do C.A. (desde 22-07-2019)	Pública
	NOMAD TECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	EMEF	Vogal do C.A. (desde 22-07-2019)	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública

Legenda:

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

C.A. - Conselho de Administração

As Participadas Fernave e Ecosaúde têm um Administrador único nomeado pela CP, tendo a Saros dois Gerentes sendo um nomeado pela CP.

ATIVIDADE DO GRUPO




COMBOIOS DE PORTUGAL
Sistema de comboios modernos e mais rápidos
para todos os destinos em Portugal


COMBOIOS DE PORTUGAL

12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1



CP

Sumário Executivo

O ano de 2019 fica marcado por três importantes eventos para a Empresa e para o Grupo: a assinatura do Contrato de Serviço Público entre a CP e o Estado Português, o concurso para aquisição de 22 Automotoras e a decisão de fusão por incorporação da EMEF na CP, com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

No que respeita aos indicadores operacionais, em 2019 a empresa aproximou-se dos 145 milhões de passageiros transportados. Comparativamente com o ano anterior, viajaram nos comboios da CP mais 19 milhões de passageiros, tendo os rendimentos de tráfego aumentado 15 milhões de euros, correspondendo a incrementos de 15% e 6%, respetivamente. O crescimento do volume de passageiros foi transversal a todos os serviços da empresa.

Em termos financeiros a CP manteve um EBITDA recorrente positivo em 48 milhões de euros, o que representou uma melhoria de cerca de 39 milhões de euros face a 2018.

Em linha com os restantes indicadores, o Resultado Líquido apresentou uma melhoria de 51% face ao ano anterior (+54 milhões de euros), passando de -105,6 milhões de euros, em 2018, para -51,6 milhões de euros em 2019.

Atividade em 2019

Assinatura do Contrato de Serviço Público

Assinado o Contrato de Serviço Público entre a CP e o Estado por um período de 10 anos, com possibilidade de renovação por mais 5 anos, que estabelece o conjunto de obrigações de serviço público a que a CP fica vinculada, a respetiva compensação financeira e os indicadores operacionais quantificáveis do serviço prestado.

Concurso para Aquisição de 22 Automotoras

Lançado o concurso para aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional, contemplando a aquisição de 12 Automotoras Bi-Modo (as quais podem circular tanto em linhas eletrificadas como não eletrificadas) e de 10 Automotoras Elétricas. A assinatura do contrato ocorrerá em 2020.

Fusão CP - EMEF

Aprovado o Decreto Lei que consagra a fusão das empresas CP e EMEF com efeitos a 1 de janeiro de 2020. Trata-se de uma fusão por incorporação da EMEF na CP, voltando a Empresa mãe a concentrar as valências de manutenção e reparação do material circulante.

Eletrificação das Linhas do Douro e Minho

Concluída a eletrificação da Linha do Douro entre Caíde e Marco de Canavezes, passando os comboios elétricos a prestar serviço comercial desde o Porto a Marco de Canavezes. Foi igualmente concluída a eletrificação da Linha do Minho entre Nine e Viana do Castelo, com melhoria dos tempos de trajeto e com a chegada do serviço Intercidades a Viana do Castelo.

Horário de Verão

Ajustada a oferta nas Linhas de Sintra e do Oeste durante as férias de verão, acompanhando a evolução da procura.

Atualização Tarifária

A 1 de janeiro de 2019 ocorreu uma atualização tarifária média dos serviços de Longo Curso AP e IC e dos títulos ocasionais dos serviços urbanos em 1,14%. Os preços dos títulos mensais e dos títulos ocasionais do serviço Regional mantiveram-se inalterados.

Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)

Criados, em abril, novos tarifários de transportes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa (AML) e do Porto (AMP), com preços únicos de 30 ou 40 euros, conforme o tipo de deslocações, os quais permitem viajar em todos os transportes públicos das respetivas áreas metropolitanas. As crianças podem viajar gratuitamente, mantendo-se os descontos para estudantes, reformados. Em agosto foram por sua vez criados os passes familiares. Ainda no âmbito deste programa foram estabelecidos acordos com diversas CIM, mediante aplicação de descontos sobre a tarifa cobrada aos passageiros pelas Assinaturas.

Ampliação do Zonamento Andante a toda a Área Metropolitana do Porto

Alargado o Sistema Intermodal Andante a todo o território dos 17 concelhos que compõem a Área Metropolitana do Porto (AMP), passando estes títulos a ser válidos nos Comboios Urbanos do Porto, entre Porto S. Bento e Vila das Aves, Paredes e Paramos.

Yield Management

Novas campanhas de tarifas promocionais que conferiram descontos de cerca de 80% no Serviço Alfa Pendular (classe turística) e Intercidades (2.ª classe), num contingente limitado de lugares nos períodos de menor procura.

Novos Equipamentos Portáteis de Venda e Controlo

Substituídos 650 equipamentos portáteis de venda e controlo por novos equipamentos que consistem num *smartphone* com sistema operativo Android e num terminal de pagamentos (TPA), com as funcionalidades de impressora (talões, recibos e bilhetes), leitor de cartões de transporte sem contacto e pagamentos com cartão Multibanco.

Novos TPA e Sistema Operativo nas Bilheteiras

Substituído o sistema operativo e os terminais de pagamento automático (TPA) associados ao sistema de venda nas bilheteiras. Os novos equipamentos contêm funcionalidades adicionais, representando um acréscimo de segurança nas transações.

Novo VIVA GO: Mobilidade em Pós-Pago

Nova solução VIVA GO no cartão Lisboa VIVA, válida na rede dos Serviços Urbanos de Lisboa. Trata-se de uma nova forma de pagamento, segundo um modelo pós-pago, que debita diretamente na conta bancária do titular o valor de cada viagem efetuada.

Medidas anti-vandalismo nos validadores dos Serviços Urbanos do Porto

Instaladas proteções metálicas anti-vandalismo nos validadores de bilhetes dos locais de maior risco na rede dos Urbanos do Porto, num total de 40 equipamentos, tendo aumentado a sua operacionalidade.

Beneficiação do Dormitório Operacional de Viana do Castelo

Inserida na política de melhoramento das instalações operacionais, consistiu no aumento da área de alguns quartos, utilização de materiais apropriados para melhorar o isolamento térmico e acústico, beneficiação da iluminação elétrica, beneficiação das fachadas, renovação de mobiliário e decoração dos quartos.

Obras no Parque de Material de Santa Apolónia

Beneficiação profunda da linha e aparelhos de via dos acessos oficiais, impermeabilização do acesso ao pórtico de lavagem e reforço da zona de abastecimento do parque, em prol do acréscimo da segurança da operação ferroviária.

Obras nos Armazéns e no Parque de Resíduos no Entroncamento

Substituição das coberturas dos Armazéns de Aprovisionamentos do Entroncamento, melhorando as condições de armazenamento de peças e componentes de material circulante e de cerca de metade da cobertura do cais de triagem de resíduos.

Gestão dos Meios

Recursos Humanos

A empresa terminou o ano de 2019 com 2 669 trabalhadores vinculados, ou seja, menos 14 que no final do ano anterior. O efetivo a cargo no final de 2019 era 2.646 trabalhadores.

Durante o ano de 2019 entraram no quadro vinculado da empresa 73 colaboradores por contratação e saíram 87, maioritariamente por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo ou por reforma.

As taxas de absentismo e de trabalho suplementar aumentaram ligeiramente face ao ano anterior, com especial incidência nas categorias operacionais, situando-se em 2019, respetivamente, em 7,2% e 14,1%.

A Empresa manteve a sua política de desenvolvimento do capital humano através da formação e qualificação contínua dos seus trabalhadores, nomeadamente, no âmbito da segurança da circulação e aperfeiçoamentos de carácter técnico e regulamentar.

Foram realizadas 451 ações de formação, uma média de 20,25 horas de formação por colaborador, tendo a grande maioria sido ministrada através da sua Participada Fernave.

Frota

No final de 2019 a CP dispunha de 376 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial com a seguinte tipologia:

Tipologia do Material	2019	2018	2017	Δ 19-18
Automotoras Elétricas	189	189	189	0
Automotoras Diesel	51	48	50	3
Locomotivas Elétricas	24	24	24	0
Locomotivas Diesel	8	8	7	0
Carruagens	104	104	104	0
Total	376	373	374	3

No parque ativo encontram-se incorporadas 23 automotoras *diesel* das séries 592 e 592.2 alugadas à RENFE. A manutenção da maior parte do material circulante é realizada pela EMEF, empresa participada da CP. A manutenção da série de locomotivas 5600 é prestada pelo SIMEF, ACE, empresa ferroviária detida pela EMEF, em 51%, e pela Siemens, em 49%.

Procura e Oferta

Em 2019 foram transportados pela CP cerca de 145 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 14,7% relativamente a 2018 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de aproximadamente 19 milhões de passageiros transportados. Para este crescimento destacam-se os contributos do Serviço Urbano de Lisboa com um aumento de 18,4% e do Serviço Urbano do Porto com um acréscimo de 7,7%.

Esta evolução é justificada pela implementação do programa de apoio à redução tarifária (redução dos preços dos passes mensais), pelo incremento do turismo, pelas diversas ações de combate à fraude e pela recuperação dos indicadores económicos do País.

Passageiros (*10 ³)	2019	2018	2017	2019- 2018	2019 /2018
Serv. Urbano Lisboa	103 292	87 235	83 005	16 057	18,4%
Serv. Urbano Porto	23 674	21 979	21 591	1 695	7,7%
Serv. Longo Curso	6 698	6 386	6 388	312	4,9%
Serv. Regional	11 231	10 674	11 044	556	5,2%
TOTAL	144 894	126 275	122 028	18 619	14,7%

Em 2019 a oferta da CP avaliada em Comboios*Quilómetro foi de 29.094 milhares de CK, valor 2% superior ao registado no ano anterior, uma evolução explicada, essencialmente, pelo ano de 2018 ter sido afetado pela existência

de conflitos laborais que levaram à supressão de mais de 8000 comboios. Por sua vez, de referir em 2019, a eletrificação de troços das Linhas do Minho e Douro.

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2019	2018	2017	2019- 2018	2019 /2018
Serv. Urbano Lisboa	6 540	6 471	6 651	69	1,1%
Serv. Urbano Porto	4 594	4 463	4 601	131	2,9%
Serv. Longo Curso	8 860	8 687	8 592	173	2,0%
Serv. Regional	9 099	8 909	9 286	190	2,1%
TOTAL	29 094	28 531	29 129	563	2,0%

Proveitos

Os proveitos de tráfego ultrapassaram em 2019 os 273 milhões de euros, representando um acréscimo de 14,8 milhões de euros face ao ano anterior (+5,7%).

A evolução dos proveitos é justificada pelo crescimento da procura e pela atualização tarifária média, a 1 de janeiro de 2019, dos serviços de Longo Curso AP e IC e dos títulos ocasionais dos serviços urbanos em 1,14%. Os preços dos títulos mensais e dos títulos ocasionais do serviço Regional mantiveram-se inalterados.

Proveitos Tráfego (*10 ³ €)	2019	2018	2017	2019- 2018	2019 /2018
Serv. Urbano Lisboa	95 342	91 682	86 322	3 660	3,8%
Serv. Urbano Porto (*)	30 706	28 147	26 898	2 558	8,3%
Serv. Longo Curso	118 688	110 461	107 085	8 171	6,9%
Serv. Regional	29 114	28 734	29 585	380	1,3%
TOTAL	273 850	259 025	249 890	14 825	5,7%

(*) O valor referente a 2017 difere do divulgado no R&C de 2107 em 26,6 milhares de euros por motivo de regularizações do Andante.

Investimentos

A CP realizou em 2019 um total de 18,5 milhões de euros em investimentos, 79% dos quais destinados a material circulante.

Os investimentos mais relevantes continuaram a ser em "Grandes Reparações (do tipo R)", relativos a intervenções de manutenção programada em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas, e na "intervenção de meia-vida dos CPA".

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2019/2018	
	REAL 2019	REAL 2018	Valor	%
Vendas e serviços prestados	280 720	266 636	14 084	5%
Subsídios à exploração	40 004	-	40 004	s/s
Outros rendimentos	20 539	21 923	(1 384)	-6%
	341 263	288 559	52 704	18%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(6 288)	(5 881)	(407)	-7%
Fornecimentos e serviços externos	(175 203)	(163 429)	(11 774)	-7%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	(107 853)	(104 607)	(3 246)	-3%
Outros gastos	(3 887)	(5 155)	1 268	25%
	(293 231)	(279 072)	(14 159)	-5%
Resultado operacional da atividade de transportes (EBITDA)	48 032	9 487	38 545	406%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(52 958)	(53 738)	780	1%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	814	722	92	13%
Indemnizações por rescisão	(1 161)	(1 006)	(155)	-15%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9 153	7 509	1 644	22%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	(123)	(239)	116	49%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(629)	414	(1 043)	-252%
Provisões (aumentos/reduções)	1 721	(1 067)	2 788	261%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(465)	1 573	(2 038)	-130%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	(1 411)	(1 364)	(47)	-3%
Outros rendimentos (juros compensatórios/mora - processos judiciais)	1 185	-	1 185	s/s
Outros rendimentos (venda ativos diversos: imóveis, eq. básico não afeto à opr., sucata...)	489	2 968	(2 479)	-84%
Outros gastos (venda ativos diversos: imóveis, outros abates de material circulante)	(236)	(2 157)	1 921	89%
Resultado operacional	4 411	(36 898)	41 309	112%
Juros e rendimentos similares obtidos	526	436	90	21%
Juros e gastos similares suportados	(55 774)	(68 304)	12 530	18%
Resultado financeiro	(55 248)	(67 868)	12 620	19%
Resultado antes de impostos	(50 837)	(104 766)	53 929	51%
Imposto sobre o rendimento do período	(741)	(861)	120	
Resultado líquido do período	(51 578)	(105 627)	54 049	51%

O Resultado Líquido de 2019 apresentou uma melhoria de 51% face ao ano anterior (54 milhões de euros), passando de -105,6 milhões de euros, em 2018, para -51,6 milhões de euros em 2019.

Esta variação ficou a dever-se, fundamentalmente, ao recebimento de *indemnizações compensatórias* no valor de 40 milhões de euros, ao aumento das *Vendas e Serviços Prestados* (+14,1 milhões de euros) e à melhoria do *Resultado Financeiro* (+12,6 milhões de euros), ainda que parcialmente compensados pelo aumento dos gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos* (+11,8 milhões de euros).

O *EBITDA* recorrente da atividade de transportes ascendeu, em 2019, a 48 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 38,5 milhões de euros face ao ano anterior. O *Resultado Operacional* foi positivo em 4,4 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 41,3 milhões de euros face ao registado em 2018 (-36,9 milhões de euros).

Os *Fornecimentos e Serviços Externos* aumentaram 11,8 milhões de euros, em virtude, designadamente, do aumento dos gastos relativos a conservação e reparação de material circulante (+11,8 milhões de euros) e à taxa de utilização de infraestruturas (+1,6 milhões de euros).

Por sua vez, os *Gastos Com Pessoal* (sem indemnizações por rescisão) aumentaram 3,2 milhões de euros, em resultado dos seguintes fatores:

- (i) implementação dos acordos de empresa assinados em dezembro de 2019 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores;
- (ii) progressões decorrentes dos processos de avaliação, de acordo com o Regulamento de Carreiras (período de 01-07-2018 a 30-06-2019, para Técnicos e Bacharéis e RC Geral e ano de 2019, para o SMAQ);
- (iii) aumento dos encargos com seguros, nomeadamente de acidentes de trabalho e saúde;
- (iv) aumento dos gastos com formação;
- (v) diminuição do efetivo a cargo.

De referir ainda a redução das *Provisões* em 2,8 milhões de euros, em resultado, designadamente, da operação de recomposição de capital da FERNAVE, ocorrida no final do ano, com a reversão da provisão constituída para cobertura de prejuízos acumulados.

O *Resultado Financeiro* foi negativo em 55,2 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado em 2018 de cerca de 12,6 milhões de euros (+19%). Para esta evolução contribuiu, fundamentalmente, a redução do passivo remunerado da empresa.

EMEF

Sumário Executivo

A EMEF registou em 2019 um Resultado Líquido de 10,7 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 4,3 milhões de euros face ao ano anterior. O EBITDA fixou-se nos 13,9 milhões de euros. Os serviços prestados aumentaram 6%.

O ano de 2019 ficou marcado pelos seguintes acontecimentos:

- Resolução de Conselho de Ministros nº 110/2019, de 27 de junho - o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de medidas com vista à recuperação, no curto prazo, dos níveis de serviço ferroviário e ao desenvolvimento e sustentabilidade do setor, a médio e longo prazo. Entre as medidas enunciadas, destacam-se:
 - a promoção de estudos e demais diligências necessárias, nos termos da lei, conducentes à fusão por incorporação da EMEF na CP;
 - autorização para a contratação, por concurso externo, de 67 trabalhadores, tendo em vista reforçar a capacidade oficial da empresa;
 - autorização para o recrutamento de trabalhadores necessários à substituição, para a mesma função, dos que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes;
 - negociação dos acordos de empresa com as Organizações Representativas dos Trabalhadores.
- Nomeação de novo Conselho de Administração - iniciou funções em julho de 2019.
- Reorganização da empresa com vista à melhoria da sua atividade e à preparação da fusão por incorporação na CP - o Conselho de Administração procedeu em agosto a uma reorganização da estrutura orgânica da empresa, no sentido de facilitar o fluxo de informação num período de grande exigência e vital para o Grupo CP. De referir ainda, o início dos trabalhos com vista à reabertura física, no Parque Oficial de Guifões, da oficina que se dedicará à recuperação do material circulante inoperacional da CP.
- Revisão do Acordo de Empresa - foi concluída a negociação coletiva com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, que culminou na revisão do respetivo Acordo de Empresa, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 1, de 8 de janeiro de 2020.

- Fusão por incorporação da EMEF na CP – aprovada através do Decreto-Lei n.º 174-B/2019 de 26 de dezembro, com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

Operação

Reparação e Modernização

Esta atividade integrou maioritariamente, no ano de 2019, as reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), nos equipamentos (reparações gerais – RG e reparações intermédias – RI) e nos rotáveis CP. Para além destas, foram também desenvolvidas outras reparações por causas imprevistas ou acidentais sobre os veículos ferroviários CP (reparações por avaria – RAV e reparações por acidente – RAC), bem como as intervenções de reparação nos veículos Eurotram da frota do Metro do Porto.

Continuou a intervenção de meia-vida – R1 aos CPA4000, concretizando-se as entregas das sétima e oitava unidades. No final do ano estava em curso a intervenção à nona unidade da frota.

No que se refere às reparações de material motor e rebocado de passageiros, foram concluídas, durante o ano, 14 intervenções de grande reparação (R) à frota do Cliente CP (8 em automotoras elétricas e 6 em automotoras *diesel*) e 2 R's a automotoras 592 para o cliente RENFE.

Após a conclusão, em 2018, da revisão geral dos 960.000 km em 40 veículos da frota Eurotram da Metro do Porto, iniciou-se, em 2019, o contrato de prestação de serviços relativo à revisão geral dos restantes veículos daquela frota, realizando-se 14 intervenções.

No seu conjunto, o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2019, rendimentos de 39.281 milhares de euros, o que correspondeu a 53,3% do valor de rendimentos globais da Empresa e a um aumento de 17% relativamente a 2018.

Manutenção

O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota / segmento de mercado, de cada cliente: CP, Metro do Porto e RENFE.

Manteve-se a prestação de serviços de manutenção aos comboios sazonais Miradouro e Históricos, de via larga e de via estreita.

No seu conjunto, este segmento gerou, em 2019, rendimentos de 34.375 milhares de euros, o que correspondeu a 46,7% do valor de rendimentos globais da Empresa, representando um decréscimo de 3% face ao ano anterior.

Engenharia, inovação e desenvolvimento

Em 2019, destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas a nível de Engenharia:

- Estudo do protótipo e adjudicação da compra de 110 plataformas elevatórias que permitirão o acesso universal nas 55 Automotoras Elétricas 2240 ao serviço;
- Projeto de estudo e conceção de zorras adaptáveis para movimentação de unidades em oficina.

Recursos Humanos

No final de 2019 (31 de dezembro), a EMEF contava com 1.009 colaboradores ao serviço, o que representou uma redução de 2% face ao final do ano anterior (1.031).

O absentismo situou-se nos 8%, bastante inferior ao verificado em 2018 (9,6%). A principal causa de absentismo continuou a ser a "doença".

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a EMEF continuou a apostar na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores (as) de vários órgãos da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa e interna.

Investimentos

Em 2019, os investimentos realizados ascenderam a cerca de 942 milhares de euros (+28% que em 2018). Dos investimentos realizados salientam-se os seguintes:

- Aquisição de licenças informáticas – 200 milhares de euros;
- Aquisição de equipamento de ensaios e medida – 255 milhares de euros;
- Aquisição de equipamentos essenciais à produção – 287 milhares de euros;

Proveitos

O Volume de Negócios da EMEF registou em 2019 um acréscimo de cerca de 6% face ao ano anterior, para o qual contribuiu o incremento significativo no volume de intervenções de reparação para o cliente CP.

Proveitos (Valores em euros)	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Reparação*	39 281 275	33 675 331	5 605 944	16,6%
Manutenção*	34 374 895	35 594 259	-1 219 364	-3,4%
TOTAL	73 656 170	69 269 590	4 386 580	6%

* Vendas + SP

Analisando a evolução do volume de negócios por cliente, constata-se que a CP e a Metro do Porto representaram, no seu conjunto, 87,6% dos serviços prestados pela empresa.

Cliente (Valores em euros)	2019	2018	% do Total da Faturação em 2019
CP	52 488 549	42 100 431	71,3%
MEDWAY	4 045 220	8 090 045	5,5%
METRO DO PORTO	12 019 351	12 838 449	16,3%
EMEF / SIEMENS ACE	2 718 225	3 214 414	3,7%
RENFE	1 531 948	1 270 133	2,1%
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	455 199	783 765	0,6%
Outros	397 679	972 354	0,5%
TOTAL	73 656 170	69 269 590	

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	PERÍODOS		Variação 2019/2018	
	31-12-2019	31-12-2018	Valor	%
Vendas e serviços prestados	73 656 170	69 269 590	4 386 580	6,3%
Subsídios à exploração	4 472	7 571	- 3 100	-40,9%
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	749 753	559 477	190 276	34,0%
Variação nos inventários de produção	- 103 741	- 56 931	- 46 811	-82,2%
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 20 138 200	- 18 853 255	- 1 284 945	-6,8%
Fornecimentos e serviços externos	- 16 914 441	- 15 714 518	- 1 199 922	-7,6%
Gastos com o pessoal	- 28 439 846	- 28 121 351	- 318 495	-1,1%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	4 324 572	- 412 397	4 736 969	1148,6%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 467 300	- 66 769	- 400 531	-599,9%
Provisões (aumentos/reduções)	- 1 141 161	- 30 806	- 1 110 355	-3604,3%
Outros rendimentos e ganhos	3 860 081	4 590 738	- 730 657	-15,9%
Outros gastos e perdas	- 1 535 739	- 1 931 023	395 284	20,5%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	13 854 620	9 240 326	4 614 294	49,9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 951 864	- 847 480	- 104 384	-12,3%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	12 902 756	8 392 845	4 509 910	53,7%
Juros e gastos similares suportados	- 252 664	- 331 022	78 358	23,7%
Resultado antes de impostos	12 650 092	8 061 824	4 588 268	56,9%
Imposto sobre o rendimento do período	- 1 986 174	- 1 698 592	- 287 583	-16,9%
Resultado líquido do período	10 663 918	6 363 232	4 300 686	67,6%

A EMEF obteve em 2019 um Resultado Operacional positivo de 12,9 milhões de euros, 4,5 milhões de euros melhor que o registado no ano anterior. Por sua vez, o Resultado Líquido melhorou 4,3 milhões de euros face ao ano anterior, situando-se nos 10,7 milhões de euros. Esta evolução é justificada pelo acréscimo da prestação de serviços, ainda que parcialmente compensada pelo aumento dos gastos operacionais (CMVMC e FSE), acompanhando a evolução da atividade.

As imparidades acumuladas de inventários sofreram uma variação favorável de 4,7 milhões de euros em relação a 2018, justificado pelo facto de, nos materiais com aplicação nas séries de material circulante da CP e, considerando a fusão entre as duas empresas com efeitos a 01 de janeiro de 2020, o cálculo da estimativa da imparidade dos materiais ter passado a depender da vida esperada da série onde os mesmos serão aplicados. As provisões registaram uma variação desfavorável de 1,1 milhões de euros, resultante do reforço da provisão relativa a processo judicial em curso.

FERNAVE

Sumário Executivo

Para a Fernave, após dois anos de profunda reestruturação interna, o ano de 2019 fica marcado pela consolidação do equilíbrio operacional e pelo almejado saneamento financeiro.

O Resultado Líquido ascendeu a 365,2 milhares de euros, o EBITDA atingiu os 494,7 milhares de euros e o Resultado Operacional situou-se nos 493,7 milhares de euros.

No final de 2019 foi aprovada pelas Tutelas a recomposição de capital da Empresa, mediante cobertura de prejuízos por conversão dos empréstimos do acionista, no valor de 2,6 milhões de euros e de parte da dívida, no valor de 438 milhares de euros. A Fernave terminou assim o ano de 2019 com Capitais Próprios positivos.

Operação

Serviços de Formação

Esta área registou uma evolução positiva relativamente ao ano anterior:

- Número de ações de formação: acréscimo de 64%;
- Horas de formação: acréscimo de 21%;
- Número de participantes: acréscimo de 71%.

A CP continuou a ser o principal cliente da empresa, realçando-se de entre as diversas ações desenvolvidas, a formação inicial de Operadores de Revisão e Venda, Assistentes Comerciais e Operadores de Manobras e as ações de formação de carácter técnico e comportamental, especialmente para funções comerciais, de especialização em material circulante e no âmbito do sistema de gestão da segurança.

A Fernave concluiu em 2019 a 5ª edição do Curso de Formação Inicial de Maquinistas para o mercado, tendo sido formados e posteriormente aprovados em exame realizado pela entidade reguladora IMT, vinte e dois novos profissionais, que foram integrados na sua totalidade na CP.

Em parceria com a Medway, a Fernave realizou a 1ª Edição do Curso de Agentes de Acompanhamento de Comboios, homologado pelo IMT. Em setembro, face à procura e necessidades do mercado, deu início à 2ª edição deste Curso.

A Medway adjudicou ainda à Fernave a formação de um grupo de maquinistas, visando habilitar / certificar os mesmos nos diferentes tipos de material utilizado por aquela empresa (locomotivas das séries 1400, 1900, 1960, 5600 e 4700), permitindo tornar a gestão mais flexível.

No âmbito da integração de novos colaboradores no Departamento de Equipamentos e Infraestruturas de Transportes, o IMT adjudicou à Fernave um programa concebido de acordo com o referencial europeu para formação nas entidades reguladoras e de segurança ferroviária. Integrou doze módulos com temáticas que passaram pela Política Europeia Ferroviária, Modelos de Regulação e Organização do Sector, Infraestrutura, Material Circulante, Operação Ferroviária, Licenciamento e Sistemas de Gestão de Segurança, assim como Regulamentação Ferroviária.

Realizou-se a 1ª edição do curso de Material Circulante: Certificação, Disponibilidade e Fiabilidade, para o mercado. O curso integrou formandos pertencentes a empresas e organismos tais como a EMEF, GPIAAF e Medway. Pretendeu-se que os formandos fiquem aptos a compreender a finalidade do sistema de certificação das empresas de manutenção e a importância da mesma para a disponibilidade e fiabilidade do material circulante, distinguindo os vários tipos de manutenção possíveis de utilizar, entre outras temáticas técnicas relativas a sistemas / equipamentos e órgãos constituintes do material.

A 5ª edição do Curso de Especialização em Gestão Portuária decorreu no último trimestre do ano, contando com participantes oriundos do Porto de Luanda, do Ministério das Finanças de Cabo Verde e do Porto de Sines. Estruturado em 5 áreas temáticas, contou com a participação de um conjunto de docentes de reconhecido mérito, com conhecimento, experiência e notoriedade no setor.

Dando continuidade ao Projeto “CP - Compromisso com as Pessoas”, a Fernave e a consultora MyChange desenvolveram o programa “Partilhar a Experiência”, que, tal como o nome indica, contou com a partilha do conhecimento e experiência de vários colaboradores da CP.

Psicologia

Esta área registou um crescimento de 49% face ao ano anterior, derivado essencialmente de serviços de avaliação psicológica no âmbito das seguintes ações:

- Recrutamento de Assistentes Comerciais, Operadores de Revisão e Venda e Maquinistas para a CP;
- Controlo periódico de Maquinistas, com o objetivo de avaliar as competências psicológicas, ao nível das suas capacidades percetivo-cognitivas, psicomotoras e ao nível da personalidade, para o desempenho da função de condução ferroviária, exigidas por lei. Estes exames requeridos para a emissão da carta europeia de maquinista, por parte do IMT, possuem uma validade definida em Lei que se encontra vertida nos sistemas de gestão de competências e de segurança, das empresas operadoras ferroviárias.

Consultadoria

A Fernave iniciou uma parceria com a Câmara Municipal de Cascais, para apoio especializado no âmbito do novo curso profissional de Técnico de Gestão de Transportes, realizado no Agrupamento de Escolas Ibn Mucana, em Alcabideche, que procura dar resposta às necessidades de mobilidade e sustentabilidade das cidades do futuro.

De referir ainda o contributo da Fernave no âmbito da implementação do Sistema de Mobilidade do Tua, apoiando a instrução do processo para obtenção de licença de operador e os correspondentes certificado e autorização de segurança.

Proveitos

Em 2019, a FERNAVE obteve um acréscimo de proveitos em 29%, transversal às suas principais áreas de atividade:

Proveitos (Valores em euros)	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Formação	1 252 317	994 641	257 676	25,9%
Psicologia	97 974	48 367	49 607	102,6%
Consultadoria	17 412	16 075	1 337	8,3%
Outros Serviços	0	50	-50	-100,0%
TOTAL	1 367 703	1 059 133	308 570	29%

Recursos Humanos

No final do exercício de 2019 a Fernave contava com 9 trabalhadores ao serviço, número idêntico ao do ano anterior.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	PERÍODOS		Variação 2019/2018	
	31-12-2019	31-12-2018	Valor	%
Vendas e serviços prestados	1 367 702	1 059 133	308 569	29%
Fornecimentos e serviços externos	- 510 487	- 400 856	- 109 631	-27%
Gastos com o pessoal	- 361 644	- 509 289	147 645	29%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3 824	413	3 411	826%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	4 140	36 905	- 32 765	-89%
Outros rendimentos e ganhos	17 407	34 933	- 17 526	-50%
Outros gastos e perdas	- 26 245	- 52 476	26 231	50%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	494 697	168 763	325 934	193%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 1 010	- 4 237	3 227	76%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	493 687	164 526	329 161	200%
Juros e gastos similares suportados	- 94 943	- 95 698	755	1%
Resultado antes de impostos	398 744	68 828	329 916	479%
Imposto sobre o rendimento do período	- 33 544	- 4 785	- 28 759	-601%
Resultado líquido do período	365 200	64 043	301 157	470%

A FERNAVE encerrou o exercício de 2019 com um Resultado Líquido positivo de 365,2 milhares de euros, 301,2 milhares de euros melhor que o registado em 2018, devido, essencialmente, ao crescimento do valor dos serviços prestados (+29%).

O Resultado Operacional situou-se nos 493,7 milhares de euros e o EBITDA nos 494,7 milhares de euros.

Registo para o aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos, na ordem dos 27%, acompanhando o acréscimo da atividade.

Os Gastos com Pessoal registaram uma redução de 29%, justificada, nomeadamente, pelo valor de indemnizações por rescisão pago em 2018.

Ecosaúde

Sumário Executivo

No ano de 2019, o esforço comercial e uma gestão operacional rigorosa permitiram à Ecosaúde aumentar o volume de serviços prestados em 6%. Este aumento do nível de atividade permitiu, por sua vez, recuperar um resultado operacional positivo e assim voltar a equilibrar economicamente a empresa.

No entanto, a empresa continuou a deparar-se com a escassez de mão-de-obra médica e de enfermagem na área da saúde no trabalho, o que implicou um acréscimo de gastos com estes colaboradores em regime de prestação de serviços.

Operação

A Ecosaúde desenvolve a sua atividade em diversas áreas:

Saúde no Trabalho

Através da vigilância e acompanhamento por Médicos Especialistas de Medicina do Trabalho, Enfermeiros de Trabalho e outros Técnicos de Saúde, a Ecosaúde implementa ações de prevenção de riscos para a saúde do trabalhador e ações de mitigação da doença profissional.

No ano de 2019 foram realizados 11.666 atos médicos, correspondendo a um aumento de 2% face ao ano anterior. De referir ainda, que, no segundo semestre de 2019, a Ecosaúde recuperou dois clientes importantes, a Câmara Municipal de Cascais e a Câmara Municipal de Mafra.

Segurança no Trabalho

As atividades de auditoria de segurança no trabalho e consultadoria de segurança permitem aos Clientes melhorar as condições de trabalho e a prevenção de acidentes e incidentes de trabalho, mitigando as nefastas consequências humanas e patrimoniais destas ocorrências. No ano de 2019 realizaram-se 1.609 intervenções nesta valência, mais 12% que no ano anterior.

Prevenção e Controlo de Dependências

Tendo como principais objetivos a inibição da influência negativa do consumo de álcool e drogas no ambiente de trabalho, assim como apoiar a assistência a trabalhadores afetados pelos consumos excessivos destas substâncias,

realizaram-se 10.232 intervenções de controlo durante o ano 2019, o que representou um acréscimo de 6% em relação ao verificado em 2018.

Gestão de Sinistros

No âmbito da Gestão de Sinistros, foram prestados 647 atos médicos de acompanhamento e tratamento de acidentes de trabalho e de passageiros da CP, menos 5% que no ano anterior.

Especialidades Médicas

Para complementar a atividade da saúde no trabalho, a empresa apoia as organizações e os seus colaboradores através da prestação de serviços de saúde em diversas especialidades médicas, criando condições para a prevenção, deteção e tratamento de cada situação. No ano de 2019 foram realizadas 4.193 ações deste tipo, menos 1% face a 2018.

Formação

A atividade formativa nas áreas de Segurança e Saúde tem por objetivo estimular a cultura de segurança e saúde, assim como desenvolver as condições de trabalho. A Ecosaúde presta serviços de formação interempresas, nas temáticas e conteúdos transversais a todas as organizações e sectores de atividade, mas também ministra formação intraempresa, à medida das necessidades específicas de cada organização. No ano de 2019 foram realizadas 34 ações de formação, correspondentes a um volume de formação de 3.621 horas, ministradas a um universo de 313 Formandos.

Resumo da Atividade

Indicadores de atividade (Unidades)	2019	2018	Variação %
Medicina do trabalho (atos médicos)	11 666	11 455	2%
Segurança no trabalho (intervenções de condições de trabalho)	1 609	1 435	12%
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	10 232	9 646	6%
Especialidades médicas e de enfermagem	4 193	4 233	-1%
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	647	679	-5%
Formação - Volume de horas de formação	3 621	6 535	-45%
Formação - N.º de ações formação	34	78	-56%
Formação - N.º de formandos	313	723	-57%

Recursos Humanos

No final do exercício de 2019 a Ecosaúde contava com 26 trabalhadores no quadro, menos 1 que no ano anterior.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	PERÍODOS		Variação 2019/2018	
	31-12-2019	31-12-2018	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	2 251 525	2 131 194	120 331	5,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	- 1 496 252	- 1 337 325	- 158 927	-11,9%
Gastos com o pessoal	- 704 849	- 754 455	49 606	6,6%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 2 661	- 10 865	8 204	75,5%
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos	4 128	1 516	2 612	172,3%
Outros Gastos e Perdas	- 22 633	- 24 249	1 616	6,7%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	29 258	5 816	23 442	403,1%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	- 27 433	- 63 191	35 758	56,6%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	1 825	- 57 375	59 200	103,2%
Juros e Gastos Similares Suportados	- 13 151	- 12 245	- 906	-7,4%
Resultado Antes de Impostos	- 11 326	- 69 620	58 294	83,7%
Imposto sobre o rendimento do exercício	- 6 932	- 7 360	428	5,8%
Resultado Líquido do Período	- 18 258	- 76 980	58 722	76,3%

No ano de 2019 os indicadores da Ecosaúde evoluíram favoravelmente face ao ano anterior, tendo a empresa registado um EBITDA positivo de 29,3 milhares de euros, um Resultado Operacional positivo de 1,8 milhares de euros e um Resultado Líquido negativo de 18,3 milhares de euros.

Para esta evolução contribuiu, fundamentalmente, o acréscimo do volume de serviços prestados em 6% face ao ano anterior, destacando-se as áreas de negócio da saúde no trabalho e das especialidades médicas, respetivamente com crescimentos de 8% (+77 milhares de Euros) e 18% (+49 milhares de Euros). De referir ainda a redução dos Gastos com Pessoal.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 11,9%, devido, essencialmente, ao acréscimo de gastos com de mão-de-obra médica e de enfermagem na área da saúde no trabalho, em regime de prestação de serviços.

Os Juros e Gastos Similares Suportados registaram igualmente um acréscimo de 7,4%, o que penalizou o valor do Resultado Líquido.

SAROS

Sumário Executivo

Em 2019 a SAROS registou um acréscimo das Vendas e Serviços Prestados de 0,6% face ao ano anterior, tendo obtido um EBITDA positivo de 499 milhares de euros, valor superior ao verificado em 2018 (495 milhares de euros).

A empresa encerrou o ano de 2019 com um Resultado Líquido positivo de 405 milhares de euros, 0,7% superior ao registado no ano anterior.

Operação

A empresa continuou a centrar a sua atividade nos seguintes pilares:

- Auxílio às empresas do grupo CP na contratação de novos seguros, designadamente no que se refere à elaboração e revisão técnica das peças concursais (cadernos de encargos e programas de concurso);
- Prestação de apoio técnico permanente – este apoio tem-se revelado fundamental nos esclarecimentos de questões que surgem no dia-a-dia das empresas;
- Apoio na execução e gestão dos contratos de seguro do Grupo CP;
- Apoio na análise de risco e procura de soluções que melhor respondam às necessidades das empresas.

Proveitos

Em 2019 o valor de Vendas e Serviços Prestados pela SAROS cifrou-se nos 485 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 0,6% face ao registado em 2018.

Ramos (Valores em milhares de euros)	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Acidentes Trabalho	234	230	4	1,7%
Saúde	158	162	-4	-2,2%
Responsabilidade Civil	67	67	0	0,2%
Multiriscos empresas	20	17	4	21,4%
Outros	6	7	-1	-14,3%
TOTAL	485	482	3	0,6%

À semelhança do ano anterior, os Ramos de Saúde, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil representaram a parcela mais significativa das comissões auferidas, reunindo, conjuntamente, 95%.

Recursos Humanos

A empresa continuou a desenvolver a sua atividade com o funcionamento corrente assegurado apenas pela Gerência. Esta é constituída por dois Gerentes, sendo legalmente obrigatório que um dos Gerentes se encontre habilitado como mediador de seguros.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	PERÍODOS		Variação 2019/2018	
	31-12-2019	31-12-2018	Valor	%
Vendas e Serviços prestados	485 493	482 452	3 041	0,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	- 11 061	- 10 168	- 893	-8,8%
Gastos com o pessoal	- 51 461	- 51 169	- 292	-0,6%
Outros Rendimentos	85 942	84 576	1 366	1,6%
Outros Gastos	- 10 353	- 10 352	- 1	-0,01%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	498 560	495 339	3 221	0,7%
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização	- 965	- 1 158	193	16,7%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	497 595	494 181	3 414	0,7%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	-	-	-	-
Resultado Antes de Impostos	497 595	494 181	3 414	0,7%
Imposto sobre o rendimento do exercício	- 92 538	- 92 080	- 458	-0,5%
Resultado Líquido do Período	405 057	402 101	2 956	0,7%

O *Resultado Líquido* da empresa situou-se nos 405 milhares de euros, o que representou uma melhoria de 0,7% face ao ano anterior. Para este resultado contribuiu fundamentalmente a rubrica *Vendas e Serviços Prestados*, com uma variação positiva de 0,6% face ao ano anterior.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

2^a
Classe

Carruagem
2



Resultado Líquido do Grupo

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2019/2018	
	31-12-2019	31-12-2018	Valor	%
Vendas e serviços prestados	304 383	298 053	6 330	2%
Subsídios à exploração	40 008	8	40 000	500000%
Trabalhos para a própria entidade	11 264	9 014	2 250	25%
Outros rendimentos	18 540	19 156	- 616	-3%
	374 195	326 231	47 964	15%
Variação nos inventários da produção	- 104	- 57	- 47	-82%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 26 426	- 24 735	- 1 691	-7%
Fornecimentos e serviços externos	- 148 318	- 145 143	- 3 175	-2%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	- 135 672	- 132 037	- 3 635	-3%
Outros gastos	- 4 912	- 5 931	1 019	17%
	- 315 432	- 307 903	- 7 529	-2%
Resultado operacional da atividade core (EBITDA) (1)	58 763	18 328	40 435	221%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 55 610	- 54 654	- 956	-2%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	814	722	92	13%
Indemnizações por rescisão	- 1 189	- 1 638	449	27%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 591	1 303	288	22%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	4 201	- 652	4 853	744%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 1 096	337	- 1 433	-425%
Provisões (aumentos/reduções)	- 2 527	- 1 101	- 1 426	-130%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	- 461	1 610	- 2 071	-129%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	- 1 411	- 1 364	- 47	-3%
Outros rendimentos (juros compensatórios/mora - processos judiciais)	1 185	-	1 185	s/s
Outros rendimentos (venda imóveis, eq. básico não afeto à operação, sucata...)	489	2 461	- 1 972	-80%
Outros gastos (venda ativos diversos: imóveis, outros abates de material circulante)	- 236	- 2 157	1 921	89%
Resultado operacional (2)	4 513	- 36 805	41 318	112%
Juros e rendimentos similares obtidos	192	39	153	392%
Juros e gastos similares suportados	- 56 104	- 68 332	12 228	18%
Resultado financeiro	- 55 912	- 68 293	12 381	18%
Resultado antes de impostos	- 51 399	- 105 098	53 699	51%
Imposto sobre o rendimento do período	- 1 103	- 1 151	48	4%
Resultado líquido do período	- 52 502	- 106 249	53 747	51%

(1) Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações, nomeadamente diferenças de câmbio, não relacionadas com a atividade core da empresa.

(2) Foi efetuada uma reclassificação das diferenças de câmbio desfavoráveis de 2019, da rubrica de "juros e gastos similares" suportados para "outros gastos", no valor de 2.708,21 euros.

O Resultado Líquido do Grupo CP em 2019 apresentou uma melhoria de 51% face ao ano anterior (53,7 milhões de euros), passando de -106,2 milhões de euros, em 2018, para -52,5 milhões de euros em 2019.

Esta variação ficou a dever-se, fundamentalmente, ao recebimento de indemnizações compensatórias no valor de 40 milhões de euros, ao aumento das Vendas e Serviços Prestados (+6,3 milhões de euros) e à melhoria do Resultado Financeiro (+12,4 milhões de euros), ainda que parcialmente compensados pelo aumento dos gastos com Pessoal (+3,6 milhões de euros) e com Fornecimentos e Serviços Externos (+3,2 milhões de euros).

Resultado Operacional da Atividade Core (EBITDA)

O EBITDA recorrente da atividade do Grupo ascendeu, em 2019, a 58,8 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 40,4 milhões de euros face ao ano anterior. Contribuíram, essencialmente, para esta evolução as seguintes variações:

- Recebimento de Subsídios à Exploração no valor de 40 milhões de euros;
- Aumento das Vendas e Serviços Prestados em 6,3 milhões de euros, em resultado, fundamentalmente, do acréscimo registado nos réditos relativos aos serviços de transporte de passageiros;
- Aumento dos Trabalhos para a Própria Entidade em 2,3 milhões de euros, decorrente, nomeadamente, de intervenções do tipo R em material circulante;
- Diminuição dos Outros Gastos em 1 milhão de euros visto ter ocorrido, em 2018, a formalização de acordo com a IP para a repartição de gastos com energia em espaços partilhados, o que originou a correção de rendimentos e gastos de exercícios anteriores de materialidade semelhante;
- Aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos em 3,2 milhões de euros, destacando-se o acréscimo verificado nos gastos relativos a taxa de utilização de infraestruturas (+1,6 milhões de euros), a subcontratos - vigilância (+0,5 milhões de euros), ao aluguer de material circulante (+0,5 milhões de euros) e à conservação e reparação de edifícios (+0,4 milhões de euros);
- Aumento dos Gastos com Pessoal (sem indemnizações por rescisão) em 3,6 milhões de euros, em resultado dos seguintes fatores:
 - (i) implementação dos acordos de empresa assinados em dezembro de 2019 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores;
 - (ii) progressões decorrentes dos processos de avaliação;
 - (iii) aumento dos encargos com seguros, nomeadamente de acidentes de trabalho e saúde;
 - (iv) aumento dos gastos com formação.

- Aumento dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas em 1,7 milhões de euros, diretamente relacionado com o acréscimo de atividade de reparação de material circulante;
- Diminuição dos Outros Rendimentos em 0,6 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da, já referida, formalização, em 2018, de acordo com a IP para a repartição de gastos de energia em espaços partilhados.

Resultado Operacional

O Resultado Operacional do Grupo em 2019 foi positivo em 4,5 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 41,3 milhões de euros face ao registado no ano anterior (-36,8 milhões de euros). Contribuíram para esta evolução, para além dos motivos já mencionados para o EBITDA recorrente, fundamentalmente os seguintes factos:

- Variação favorável das Imparidades de Inventários em 4,9 milhões de euros, decorrente do ajustamento da estimativa de imparidade dos inventários à vida útil esperada dos materiais onde estes inventários podem ser aplicados;
- Diminuição dos Outros Gastos (venda de ativos diversos: imóveis, outros abates de material circulante) em 1,9 milhões de euros, em resultado do decréscimo do valor de abates de material circulante não afeto à atividade de transporte;
- Aumento dos Outros Rendimentos, relacionados com o recebimento de juros de processos judiciais, em 1,2 milhões de euros, na sequência de decisão favorável à empresa;
- Variação desfavorável das Imparidades de Investimentos não Depreciáveis / Amortizáveis, em 2,1 milhões de euros, devido, designadamente, à reversão de imparidades ocorrida em 2018 em resultado do abate de material circulante não afeto à atividade de transporte. Em 2019, registou-se a reversão de imparidades no valor de 0,2 milhões de euros, na sequência da venda de material circulante não afeto à atividade comercial. Por outro lado, tendo presente o justo valor dos imóveis detidos para venda, verificou-se a necessidade de reforço das imparidades em 0,7 milhões de euros;
- Diminuição dos Outros Rendimentos, relacionados com a venda de ativos não afetos à atividade, em 2 milhões de euros. Em 2018, registou-se a venda de um imóvel, com o reconhecimento de rendimentos no valor de cerca de 2,5 milhões de euros, e a venda de sucata, com rendimentos na ordem dos 0,5 milhões de euros. Em 2019, apesar de também se ter alienado um imóvel e material circulante não afeto à atividade comercial, o rendimento associado foi inferior ao obtido no ano anterior;
- Aumento das Provisões em 1,4 milhões de euros, em resultado, designadamente, da necessidade de reforço das provisões constituídas para processos judiciais em curso e para acidentes de trabalho e doenças profissionais, calculadas com base em avaliação atuarial efetuada por entidade externa, relativas a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999;

- Variação desfavorável das Imparidades de Dívidas a Receber em 1,4 milhão de euros, essencialmente, por, em 2018, se ter registado uma reversão de imparidade significativa de dívida da IP;
- Aumento dos Gastos de Depreciação e Amortização em 1 milhão de euros.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do Grupo em 2019 foi negativo em 55,9 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado em 2018 de cerca de 12,4 milhões de euros (+18%). Para esta evolução contribuiu, fundamentalmente, a redução do passivo remunerado do Grupo.

Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2019/2018	
	31-dez-19	31-dez-18	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	482 345	503 625	- 21 280	-4%
Ativo Corrente	113 582	86 183	27 399	32%
Total do Ativo	595 927	589 808	6 119	1%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio que inclui:	- 1 776 515	- 2 271 614	495 099	22%
Resultado Líquido do período	- 52 502	- 106 249	53 747	51%
Total do Capital Próprio	- 1 776 515	- 2 271 614	495 099	22%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	812 687	1 318 546	- 505 859	-38%
Passivo Corrente	1 559 755	1 542 876	16 879	1%
Total do Passivo	2 372 442	2 861 422	- 488 980	-17%
Total do Capital Próprio + Passivo	595 927	589 808	6 119	1%

Ativo

Em 2019 o Ativo do Grupo CP aumentou em cerca de 6,1 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *Ativos Fixos Tangíveis*, em 35,2 milhões de euros, fundamentalmente, em resultado das depreciações não terem sido compensadas pela realização de investimento;
- Reconhecimento de *Direitos de Uso de Ativos (IFRS 16)*, no valor de 12,6 milhões de euros, relativos a contratos de locação que cumprem os requisitos definidos na norma;
- Aumento das *Participações Financeiras – método de equivalência patrimonial (MEP)*, em 1,1 milhões de euros, decorrente da aplicação do MEP às contas das empresas participadas do Grupo (TIP, SIMEF, NOMAD TECH e OTLIS);
- Aumento do saldo de *Inventários*, em 7,3 milhões de euros, para fazer face a intervenções planeadas;
- Aumento do saldo de *Estado e Outros Entes Públicos*, no valor de 1,3 milhões de euros, em resultado, fundamentalmente, do aumento do valor de IVA a recuperar e dos reembolsos pedidos;

- Aumento do saldo de *Clientes e de Outros Créditos a Receber*, em 1,5 milhões de euros. De referir que continuaram a ser efetuadas diversas diligências junto das diferentes entidades no sentido de assegurar o recebimento dos valores em dívida;
- Diminuição da rubrica de *Ativos Não Correntes Detidos Para Venda*, em 1,1 milhões de euros, em resultado da alienação de ativos classificados nesta classe (imóvel e locomotivas não afetas à atividade comercial) e do reforço das imparidades constituídas;
- Aumento do saldo de *Caixa e Depósitos Bancários*, em 18,7 milhões de euros.

Capital

No decorrer do ano de 2019 foram realizados pelo Estado Português, em numerário, aumentos de capital no valor de 28,5 milhões de euros. Os aumentos de capital foram aprovados por despachos conjuntos do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Infraestruturas, nos seguintes termos:

- No mês de abril, 10 milhões de euros, totalmente realizados no respetivo mês;
- No mês de setembro, 18,5 milhões de euros, totalmente realizados no respetivo mês.

De referir ainda a realização, pelo Estado Português, no mês de outubro, de uma operação de entrada de capital em numerário, no valor de 518,6 milhões de euros, para cobertura de resultados transitados. Este valor foi utilizado para reembolso de empréstimo obrigacionista com vencimento no mesmo mês e dos respetivos encargos financeiros.

Passivo

O Passivo do Grupo CP registou em 2019 uma diminuição de 489 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *Financiamentos Obtidos* em 520,6 milhões de euros, na sequência da amortização parcial de empréstimos BEI e da amortização total de empréstimo obrigacionista no valor de 500 milhões de euros;
- Reconhecimento de *Passivos de Locação*, de acordo com a IFRS 16, no valor de 12,8 milhões de euros;
- Aumento do saldo de *Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar* em 20,4 milhões de euros, devido, fundamentalmente, à especialização de gastos com juros a liquidar, taxa de utilização de infraestruturas e outros fornecimentos e serviços externos ainda não faturados;
- Aumento do saldo de *Provisões* em 1,8 milhões de euros, em resultado, designadamente, da necessidade de reforço das provisões constituídas para processos judiciais em curso e para acidentes de trabalho e doenças profissionais, calculadas com base em avaliação atuarial efetuada por entidade externa;

- Diminuição dos *Diferimentos* em 2,1 milhões de euros, devido ao reconhecimento, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos.

Financiamento

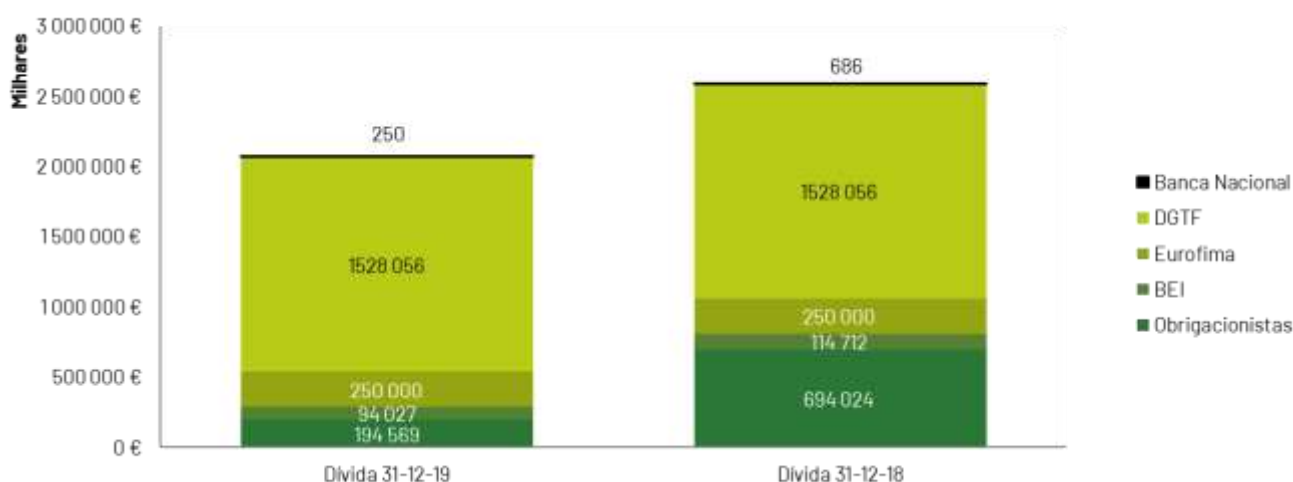
Com a integração em 2015 no perímetro de consolidação do Orçamento de Estado, a CP deixou de recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas com o apoio do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR).

Neste contexto, em 2019, foram realizados pelo Estado Português aumentos de capital, em numerário, no valor de 28,5 milhões de euros (detalhe no ponto relativo às variações do Capital). Foi ainda realizada, pelo Estado Português, uma operação de entrada de capital em numerário, no valor de 518,6 milhões de euros, para cobertura de resultados transitados. Este valor foi utilizado para reembolso exclusivo do empréstimo obrigacionista com vencimento no mês de outubro e dos respetivos encargos financeiros.

Dívida Remunerada

A dívida remunerada do Grupo CP, a 31 de dezembro de 2019, apresentou uma diminuição de cerca de 520,6 milhões de euros em relação ao ano anterior, na sequência de redução da dívida à Banca Nacional no valor de 436 milhares de euros, da amortização parcial dos empréstimos BEI (20,7 milhões de euros) e da amortização total do empréstimo obrigacionista no valor de 500 milhões de euros.

O valor da dívida remunerada no final de 2019 ascendia, assim, a cerca de 2,067 mil milhões de euros, com o seguinte detalhe por fontes de financiamento:



A dívida de curto prazo representa cerca de 62% do total da dívida. Esta situação resulta da autorização pela Tutela da prorrogação do prazo de vencimento dos empréstimos do Estado de novembro de 2019 para maio de 2020.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Grupo CP tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP.

No entanto, dadas as especificidades das suas atividades, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, as empresas do Grupo CP têm requerido a dispensa do seu cumprimento para alguns serviços, tendo sido obtida a referida exceção, nomeadamente, para a recolha, transporte e contagem de valores, para o recebimento de vendas efetuadas por canais Web, empréstimos bancários, garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e a guarda de títulos de empresas participadas, entre outros.

Assim, considera-se que o Grupo CP está a cumprir a legislação aplicável nesta matéria.

PERSPETIVAS PARA 2020



Nota Prévia

Como é do conhecimento generalizado, no passado dia 11 de março a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia. Existem já notícias que indicam que diversos setores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do risco de negócio. Existem adicionalmente notícias que indiciam a iminência de uma retração económica geral. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade do Grupo CP apresentam-se à data incertos.

O texto seguinte expõe as perspetivas à data de encerramento dos balanços das empresas do Grupo.

Considera-se em conformidade com o Decreto-Lei n.º 174-B/2019 de 26 de dezembro, a fusão por incorporação da EMEF na CP, com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

CP

Sendo o serviço público de transportes uma prioridade do programa do Governo e considerando a centralidade estratégica do modo ferroviário no sistema de transportes nacional, através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 110/2019, de 27 de junho, o Governo definiu um conjunto de linhas de orientação estratégica para a revitalização do serviço de transporte ferroviário de passageiros.

Nessa mesma Resolução determinou a prossecução das diligências necessárias com vista à fusão por incorporação da EMEF, SA, na CP, EPE. Esta viria a ser autorizada no final de 2019 e concretizada com efeitos a 01 de janeiro de 2020.

Dando cumprimento ao disposto na RCM, o Conselho de Administração da CP elaborou o seu Plano Estratégico com vista à recuperação dos níveis de serviço no curto prazo e, simultaneamente, o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor no médio e longo prazo.

No âmbito desse Plano definiu três metas de serviço que pretende atingir de forma consistente e duradoura:

- Regularidade - repor a regularidade do serviço comercial a 100%;
- Pontualidade - aumento do Índice de Pontualidade para níveis médios Europeus;
- Limpeza - repor os níveis de limpeza e conforto adequados a um serviço de qualidade.

A opção estratégica apresentada desdobra-se em 12 objetivos:

- Assinatura do Contrato de Obrigações de Serviço Público;
- Assinatura de novos Acordos de Empresa com as Organizações Representativas dos Trabalhadores;
- Estabilização da função gestão e manutenção de material circulante, adequando as necessidades reais de responsabilidade técnica e capacidade industrial à carga de trabalho originada pelo serviço comercial e serviço público prestados pela CP;
- Recuperação dos níveis de serviço do transporte ferroviário de passageiros - serviço regional;
- Recuperação dos níveis de serviço do transporte ferroviário de passageiros - serviço urbano;
- Recuperação dos níveis de serviço do transporte ferroviário de passageiros - serviço médio / longo curso;
- Aquisição de material circulante para o serviço regional, linha de Cascais e longo curso;
- Recuperação de uma frota de automotoras diesel para poder responder, com as novas unidades regionais em processo de aquisição, ao aumento da procura nas zonas urbanas e para mitigar os riscos de atrasos nos programas de eletrificação e de entrega das novas unidades regionais;
- Implementação de um sistema de monitorização remota da frota CP;
- Criação do Centro de Competências Ferroviário em Guifões – Matosinhos;
- Promoção da criação de um comboio made in Portugal;
- Recuperação de material circulante histórico com interesse comercial.

Estes objetivos consubstanciam-se por sua vez em projetos e ações, dos quais de destacam:

- Conclusão da fusão CP/EMEF;
- Concretizar a abertura da nave norte do complexo de Guifões;
- Concretizar a reestruturação da função de gestão do material circulante de acordo com o Regulamento 445/2011 da Comissão de 10 de maio de 2011 (ECM – Entity in Charge of Maintenance);
- Otimização de escalas de pessoal operacional, de acordo com as boas práticas do sector;
- Promoção da utilização dos comboios urbanos e regionais com menor taxa de ocupação, através de uma política de preços que incentive a utilização do comboio fora de ponta.
- Reformulação do serviço comercial das linhas do Minho e do Douro após eletrificação;
- Restabelecimento do nível de serviço no Alfa Pendular, através da reformulação da oferta e da otimização das rotações e dos tempos de estacionamento;
- Conclusão do R1 do material circulante do serviço Alfa Pendular;
- Recuperação e modernização do parque de carruagens que permitem velocidade de 200km/h;
- Recuperação de material circulante imobilizado;
- Otimização das rotações de material circulante;
- Construção de composições push-pull através da modernização de quarenta carruagens Sorefame e furgões com cabine piloto;

- Concretização do projeto R1 das UDD 450;
- Estudo sobre a viabilidade técnico-económica da modernização de quatro UTD600 com a mesma tecnologia das novas UDD 450;
- Estudo sobre a viabilidade técnico-económica da monitorização remota das frotas de material circulante;
- Execução da instalação de sistema de monitorização remota nas frotas de material circulante;
- Concretização do contrato de aquisição de material circulante para o serviço regional;
- Estudo sobre a aquisição de material circulante de via estreita em segunda mão para a linha do Vouga;
- Lançamento de concurso para a aquisição de material circulante para a linha de Cascais;
- Lançamento de concurso para a aquisição de material circulante para o longo curso;
- Estudar e negociar a participação na montagem dos novos comboios em instalações da CP;
- Concretização da abertura do Centro de Competências Ferroviárias em Guifões;
- Estudo de abertura da UPTEC Ferrovia no antigo centro de formação de Guifões;
- Desenho do Comboio Português com base numa plataforma normalizada adaptável;
- Identificação de oportunidade de financiamento para a recuperação de material circulante histórico;
- Transferência para Guifões de material circulante histórico com potencial comercial e sua recuperação;
- Campanha de recuperação de limpeza exterior do material circulante;
- Campanha de limpeza e substituição de capas de bancos;
- Campanha de prevenção contra grafitis e vandalismo;
- Conclusão da implementação do projeto CRM – Customer Relationship Management;
- Alteração do conceito de bilheteira (Loja CP);
- Melhorar os sistemas de venda: EPVC, MVA's, Quiosques Viva, rede de Comissionistas, site, App;
- Estudar a possibilidade de praticar preços diferenciados por canal de venda;
- Parcerias com outros operadores de transporte com vista a soluções integradas de mobilidade – Mobility as a Service (MaaS);
- Dotar a empresa de sistemas operacionais adequados.

FERNAVE

Dando continuidade à linha estratégica definida, no sentido da manutenção da atividade e do equilíbrio operacional, com base num modelo de funcionamento assente em custos variáveis, são objetivos do próximo exercício:

- Manutenção da tipologia de serviços disponibilizados pela empresa (conforme objeto social), bem como das suas garantias técnicas, mantendo e/ou aumentando o nível de atividade;
- Ser um parceiro ativo que aporta valor na sua área de negócio e ao setor dos transportes, nomeadamente colocando ao dispor, o seu know-how e experiência no Centro Tecnológico a desenvolver;
- Manter a empresa dotada de conhecimento (interno e externo), recursos e competências para garantir uma prestação de serviços com qualidade;

- Apostar em novas áreas do conhecimento, reforçando a vertente formativa da manutenção de material circulante, acompanhando as necessidades de qualificação e certificação do seu acionista;
- Dinamizar a intervenção da Fernave em mercados internacionais, nomeadamente na Europa e em África;
- Fortalecer o foco comercial e a notoriedade da empresa, de modo a ser a primeira opção dos clientes;
- Dar continuidade ao processo de modernização tecnológica encetado em 2019, dotando a empresa dos recursos pedagógicos e meios tecnológicos, essenciais à atividade;
- Melhorar as condições de prestação do trabalho, incluindo a valorização do estatuto remuneratório;
- Melhorar os processos de trabalho e investir no desenvolvimento de competências do seu quadro de pessoal.

ECOSAÚDE

A Ecosaúde prosseguirá a sua linha estratégica no sentido da manutenção do equilíbrio financeiro e da recuperação do equilíbrio económico da empresa.

O objectivo imediato e futuro da empresa reside na elaboração, em articulação com o seu accionista único, de um projecto de reestruturação que permita a sua renovação ao nível dos recursos humanos, a capitalização e estabilidade profissional necessária para prosseguir os seus objectivos enquanto empresa de referência na área das condições de trabalho.

O foco do ano 2020 será na eficiência operacional, na mitigação dos efeitos recessivos no negócio e na resiliência da empresa, mantendo a unidade desta.

Atingir um nível de resultado adequado para remunerar o investimento continuará a ser um objetivo, mas passará a ser um desiderato de longo prazo.

SAROS

Para o ano de 2020 perspectiva-se que a Saros mantenha o seu posicionamento estratégico de mediadora cativa das apólices de seguro das empresas do Grupo CP.

O objetivo definido será a continuidade da rentabilização do potencial que a Saros poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo uma estrutura de custos otimizada e maximizando os resultados obtidos.



**RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA
EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO
DAS CONTAS DE 2018**



2

Classe



FREE WI-FI

2

Classe



FREE WI-FI

Porta para
o exterior

71-

As Contas de 2016, 2017 e 2018 aguardam aprovação pela Tutela.

Foram aprovadas, no decurso de 2019, as contas de 2015, atenta a ênfase expressa na Certificação Legal de Contas e o parecer do Conselho Fiscal da empresa.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO



5609-1

SIEM
KRAUSSMAFFEL
SOREFAME

2

Após o termo do exercício ocorreram os seguintes factos:

- Foi concretizada em 01 de janeiro de 2020 a fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, publicada em 26 de dezembro de 2019 por Decreto-Lei N. 174/2019-B. A CP sucede assim em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF, S. A., que integram a respetiva esfera jurídica à data de efeitos da fusão. A fusão em nada afeta nem altera as circunstâncias em que os contratos foram celebrados, nem altera as garantias destes.
- Como é do conhecimento generalizado, no passado dia 11 de março a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia. Existem já notícias que indicam que diversos setores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do risco de negócio. Existem adicionalmente notícias que indiciam a iminência de uma retração económica geral. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade do Grupo CP apresentam-se à data incertos.

17 de junho de 2020

O Conselho de Administração

Presidente: Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas

Vice-presidente: Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vogal: Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal: Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal: Pedro Manuel Franco Ribeiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

renfe 
Trenhotel

50114-00144-00
TUL-00144-00

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2019

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-19	31-dez-18
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	437 881 515	473 069 536
Ativos intangíveis	8	224 044	122 647
Direitos de uso de ativos (IFRS 16)	9	12 642 325	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	3 479 232	2 353 741
O outros investimentos financeiros	11	28 117 549	28 078 847
		482 344 665	503 624 771
Ativo corrente			
Inventários	13	34 136 869	26 801 955
Clientes	14	12 818 431	13 705 395
Estado e outros entes públicos	15	9 174 533	7 881 455
O outros créditos a receber	16	11 104 702	8 682 720
Diferimentos	17	1 448 315	1 744 257
Ativos não correntes detidos para venda	18	4 445 005	5 583 434
Caixa e depósitos bancários	4	40 454 689	21 783 443
		113 582 544	86 182 659
Total do ativo		595 927 209	589 807 430
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	19	3 959 489 351	3 931 000 000
Reservas legais	20	24 703	24 703
Otras reservas	21	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	22	(5 776 323 289)	(6 189 186 647)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	23	91 490 008	91 490 008
Resultado líquido do período		(52 501 954)	(106 249 189)
Total do capital próprio		(1 776 514 531)	(2 271 614 475)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	24	16 068 245	14 286 998
Financiamentos obtidos	25	785 416 398	1 304 258 630
Passivos de locação (IFRS 16)	9	11 202 675	-
		812 687 318	1 318 545 628
Passivo corrente			
Fornecedores	27	10 358 441	12 988 150
Adiantamentos de clientes	28	374 000	374 000
Estado e outros entes públicos	15	2 576 024	3 841 187
Financiamentos obtidos	25	1 281 484 985	1 283 218 910
Passivos de locação (IFRS 16)	9	1 571 557	-
Otras dívidas a pagar	26	159 017 606	135 969 058
Diferimentos	17	104 371 809	106 484 972
		1 559 754 422	1 542 876 277
Total do passivo		2 372 441 740	2 861 421 905
Total do capital próprio e do passivo		595 927 209	589 807 430

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.^a Ana CoelhoPresidente - Eng.^o Nuno Pinho da Cruz de FreitasVice-Presidente - Eng.^o Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MoreiraAdministradora - Dr.^a Ana Maria dos Santos MalhóAdministradora - Dr.^a Maria Isabel de Magalhães RibeiroAdministrador - Eng.^o Pedro Manuel Franco Ribeiro

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral

Período findo em 31 de dezembro de 2019

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	29	304 383 282	298 053 160
Subsídios à exploração	30	40 008 015	7 571
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31	1 591 428	1 302 650
Variação nos inventários da produção	32	(103 741)	(56 931)
Trabalhos para a própria entidade	33	11 263 629	9 014 150
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	34	(26 425 843)	(24 734 713)
Fornecimentos e serviços externos	35	(148 318 210)	(145 143 187)
Gastos com o pessoal	36	(136 861 597)	(133 674 810)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	4 201 490	(651 860)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14/16	(1 095 590)	336 636
Provisões (aumentos/reduções)	24	(2 526 524)	(1 101 420)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	37	(461 249)	1 609 616
Outros rendimentos	38	22 060 954	23 600 574
Outros gastos	39	(8 405 596)	(11 434 587)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		59 310 448	17 126 849
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	40	(55 610 009)	(54 653 747)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	41	81 4 416	721 647
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 514 855	(36 805 251)
Juros e rendimentos similares obtidos	42	192 287	39 341
Juros e gastos similares suportados	43	(56 106 580)	(68 332 038)
Resultado antes de impostos		(51 399 438)	(105 097 948)
Imposto sobre o rendimento do período	12	(1 102 516)	(1 151 241)
Resultado líquido e integral do período		(52 501 954)	(106 249 189)

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						(valores em euros)			
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Posição no início do período de 2018	19 a 23	3 850 091 940	24 703	1 306 650	(6 078 119 710)	-	91 480 008	(111 066 936)	(2 246 273 345)	-	(2 246 273 345)
A Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	-	-	(106 249 189)	(106 249 189)	-	(106 249 189)
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	(106 249 189)	(106 249 189)	-	(106 249 189)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		80 908 080	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	(111 066 937)	-	-	111 066 936	111 066 936	111 961 646	111 961 646
5		80 908 080	-	-	(111 066 937)	-	-	111 066 936	80 908 089	80 908 089	80 908 089
Posição no fim do período de 2018	6 = 1+2+3+5	3 931 000 000	24 703	1 306 650	(6 189 186 647)	-	91 480 008	(106 249 189)	(2 271 614 475)	(2 271 614 475)	(2 271 614 475)

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações e financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Nogueira Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
1	19 a 23	3 931 000 000	24 703	1 306 650	(6 189 186 647)	-	91 490 008	(1 106 249 189)	(2 271 614 475)	(2 271 614 475)	
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
2		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3		-	-	-	-	-	-	(52 501 954)	(52 501 954)	(52 501 954)	
4 = 2 + 3		-	-	-	-	-	-	(52 501 954)	(52 501 954)	(52 501 954)	
O perécios com detentores de capital no período											
Realizações de capital		28 489 351	-	-	-	-	-	-	28 489 351	28 489 351	
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	518 616 538	-	-	-	518 616 538	518 616 538	
Outras operações		-	-	-	(1 05 753 180)	-	-	1 06 249 189	496 009	496 009	
5		28 489 351	-	-	412 863 358	-	-	1 06 249 189	547 601 898	547 601 898	
6 = 1+2+3+5		3 959 489 351	24 703	1 306 650	(6 776 323 289)	-	91 490 008	(52 501 954)	(1 776 514 531)	(1 776 514 531)	

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - D.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho da Cruz, de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - D.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - D.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Demonstração consolidada de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019

Período findo em 31 de dezembro de 2019

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31-dez-19	31-dez-18
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	371 105 184	332 808 167
Pagamentos a fornecedores	(188 545 762)	(215 317 975)
Pagamentos ao pessoal	(140 424 048)	(138 880 651)
Caixa gerada pelas operações	42 135 374	(21 390 459)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(791 078)	(704 996)
O outros recebimentos/pagamentos	(12 011 028)	14 320 590
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	29 333 268	(7 774 865)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(6 367 955)	(5 701 516)
Ativos intangíveis	(127 387)	(48 011)
Investimentos financeiros	-	-
O outros ativos	(13 000 000)	(154 000 000)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	1 282 539	5 128 349
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	119 573
O outros ativos	13 000 000	154 000 000
Subsídios ao investimento	6 554 917	1 800 000
Juros e rendimentos similares	-	11
Dividendos	648 710	454 342
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	1 990 824	1 752 748
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	28 489 351	80 908 060
Cobertura de prejuízos	518 616 538	-
Doações	-	-
O outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(521 122 500)	(28 942 209)
Juros e gastos similares	(38 637 131)	(38 686 594)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
O outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(12 653 742)	13 279 257
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	18 670 350	7 257 140
Efeito das diferenças de câmbio	(265)	201
Caixa e seus equivalentes no início do período	21 534 952	14 277 611
Caixa e seus equivalentes no fim do período	40 205 037	21 534 952

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.^a Ana CoelhoPresidente - Eng.^o Nuno Pinho da Cruz de FreitasVice-Presidente - Eng.^o Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MoreiraAdministradora - Dr.^a Ana Maria dos Santos MalhóAdministradora - Dr.^a Maria Isabel de Magalhães RibeiroAdministrador - Eng.^o Pedro Manuel Franco Ribeiro

10

**NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, nº 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.

O objeto principal da atividade da CP é a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2019, as seguintes atividades:

- Fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários (EMEF, S.A.);
- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- Formação e desenvolvimento de competências, recrutamento e avaliação psicológica, consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes (Fernave, S.A.);
- Prestação de serviços de medicina e de segurança e higiene no trabalho (Ecosaúde, S.A.);
- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);
- Garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais, de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento, no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

- De referir ainda a participação de 35% da EMEF S.A na NOMAD TECH, Lda. e a participação de 19,1% da Fernave na TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

No que respeita a factos relevantes importa referir que em 5 de julho de 2019 foi publicada em Diário da República a Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2019, que entre outras medidas que visam a salvaguarda do serviço público de transporte ferroviário, determina que sejam tomadas todas as diligências necessárias com vista à fusão por incorporação da EMEF, S. A., na CP. Este facto veio a confirmar-se por Decreto-Lei N.º 174/2019-B de 26 de dezembro de 2019, onde é decretada a fusão com efeitos a 1 janeiro de 2020.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à Tutela setorial e financeira, dos Ministérios da Economia e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2019.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e *Standing Interpretation Committee* (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 17 de junho de 2020, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2019 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2018.

Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

Valores comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios. No entanto, a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2019 da nova IFRS16 – Locações, conduziu à necessidade de efetuar uma análise profunda a todas as locações do Grupo, registando na demonstração da posição financeira consolidada através do reconhecimento de um direito de uso do ativo e de um passivo de locação correspondente ao valor presente de futuros pagamentos, todas as locações que cumprissem os requisitos identificados na norma:

- ativo identificável de valor superior a 5.000€;
- ativo subjacente;
- existência de um direito de controle desse ativo; e,
- contrato de locação não é de curto prazo (\leq a 1 ano).

Com base nestes pressupostos foram identificados os seguintes contratos como preenchendo os requisitos:

- contrato de aluguer das automotoras 592 à Renfe;
- oficina de Oeiras; e,
- 3 viaturas ligeiras de passageiros.

Identificam-se em seguida os impactos nas respetivas demonstrações financeiras que afetam a análise de comparabilidade:

RUBRICAS	VIATURAS	MATERIAL CIRCULANTE	OFICIAL	TOTAL
	3 viaturas passageiros/Frota CP	aluguer locomotivas RENFE	aluguer oficina de Oeiras	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Direitos de uso de ativos (IFRS 16)	34 769	3 546 787	9 060 769	12 642 325
Ativo corrente				
CAPITAL PRÓPRIO				
Resultado líquido do período	-	(39 037)	(92 870)	(131 907)
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Passivos de locação (IFRS 16)	23 179	2 416 960	8 762 536	11 202 675
Passivo corrente				
Passivos de locação (IFRS 16)	11 590	1 168 864	391 103	1 571 557

RENDIMENTOS E GASTOS	VIATURAS	MATERIAL CIRCULANTE	OFICIAL	TOTAL
	3 viaturas passageiros/Frota CP	aluguer locomotivas RENFE	aluguer oficina de Oeiras	
Fornecimentos e serviços externos *	(16 630)	(1 236 624)	(588 693)	(1 841 947)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	11 590	1 182 262	476 882	1 670 734
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				
Juros e gastos similares suportados	5 040	93 399	204 681	303 120
Resultado antes de impostos				
Resultado líquido do período	-	(39 037)	(92 870)	(131 907)

*componentes registados inicialmente em FSE referentes a IUC, manutenção, etc não são reclassificados

Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros

detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de valor, Principais pressupostos relativos ao futuro, e Principais fontes de incerteza das estimativas, constantes desta nota.

Consolidação

Introdução

A CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, tal como previsto o Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. Estas demonstrações expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do Grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

O Grupo e a Empresa

Considerações gerais

Ao longo do ano 2019 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo *core business*.

A CP tem autonomizado em empresas, segmentos de atividade como a manutenção de equipamentos ferroviários e a formação técnica, procurando criar sinergias positivas à sua atividade.

Em todas as empresas subsidiárias, a CP detém a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde de julho de 2009, uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros. Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

Empresas participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2019 caracterizam-se como segue:

Subsidiárias

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 8.100.000 euros

A EMEF, SA foi constituída em 1992 e tem por objeto o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários. Esta empresa reveste-se, assim, da maior importância para o mercado nacional.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 50.000 euros

Tendo iniciado a sua atividade em 1992, tem por objeto a prestação de serviços nos domínios da formação e desenvolvimento de competências, do recrutamento e avaliação psicológica, da consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes.

ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem como principal atividade a prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

Entidades conjuntamente controladas

SIMEF, A.C.E.

Participação EMEF - 51%

Capital - não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

TIP, A.C.E – Transportes Intermodais do Porto

Participação CP - 33,33%

Capital Subscrito - 30.000 euros

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2002, tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

OTLIS, A.C.E. – Operadores de Transportes da Região de Lisboa

Participação CP - 14,29%

Capital Subscrito - 392.832,02 euros

Agrupamento complementar de empresas constituído em 1996, tem por objetivo garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os

compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto.

Associadas

TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

Participação via Fernave – 19,1%

Capital Social – 74.025.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário, a formação técnica, a investigação científica e consultoria, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática, em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

NOMAD TECH, Lda.

Participação via EMEF -35%

Capital Subscrito – 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

Outras participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

Medway – Operador Ferroviário e Logístico de Mercadorias, S.A. (ex-CP Carga)

Participação CP – 5%

Capital Subscrito –121.312.810 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

O capital social foi detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A Em 31 dezembro de 2019 a CP ainda detêm uma participação de 5%, que é temporária, e aguarda a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo de venda de referência.

Metro do Porto, S.A.

Participação CP - 3,33%

Capital Social - 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

Participação CP - 10%

Capital Social - 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

Metro Mondego, S.A.

Participação CP - 2,5%

Capital Social - 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

ICF – Intercontainer – Interfrigo, S.A. (Belga)

Participação CP - 2,09%

Capital Social - 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes. Empresa em liquidação.

EUROFIMA – Sociéte Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)

Participação CP - 2%

Capital Social - 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

BCC – Bureau Central de Clearing (Belga)

Participação CP - 1,54%

Capital Social - 110.250 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

Método de consolidação

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

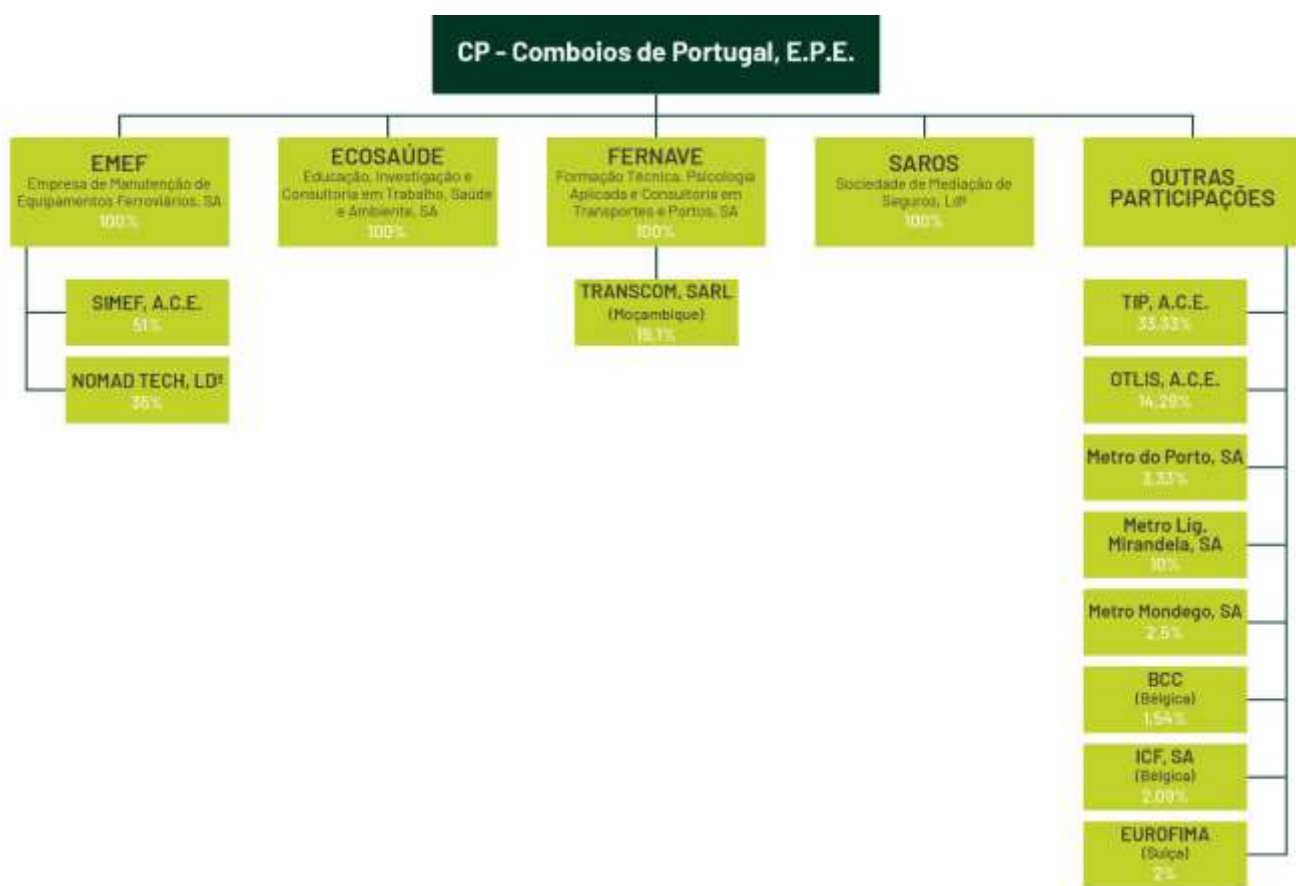
Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

Perímetro de consolidação



O capital social da CP Carga- Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, foi alienado em 2016 à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal)- Operadores Ferroviários, S.A. Em 31 dezembro de 2019 a CP detém ainda uma participação residual de 5%, meramente temporária (e ajustada com imparidade), visto aguardar a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo para a alienação corresponder à totalidade da participação. Por este motivo não está representada no respetivo organograma do perímetro de consolidação.

Empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2019, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital detido
EMEF, S.A.	Entroncamento	CP, E.P.E.	100%
SAROS, LDA.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%

Empresas associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2019, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital
TIP, ACE	Porto	CP, E.P.E.	33%
SIMEF, ACE	Entroncamento	EMEF, S.A.	51%
OTLIS, ACE	Lisboa	CP, E.P.E.	14%
NOMAD TECH, LDA.	Porto	EMEF, S.A.	35%

Outras participações

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da *performance* económica da empresa.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante afeto ao transporte de passageiros:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e
- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções - Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções - CP	3 a 50
Material circulante:	
Locomotivas a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente como rendimento diferido, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que serão cumpridas as condições associadas à sua atribuição. Posteriormente são reconhecidos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com

empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade de material circulante afeto ao transporte de passageiros

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Reconhecimento de imparidade nos restantes ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Locações

Até 31 de dezembro de 2018, as empresas do Grupo classificavam as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo eram substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

No caso das locações operacionais, os pagamentos eram reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

No caso das locações financeiras eram registadas na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas eram debitadas em resultados pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros eram reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período. Os ativos adquiridos em locação financeira eram depreciados de acordo com a política estabelecida para os ativos fixos tangíveis.

Conforme referido anteriormente, no ponto relativo a “valores comparativos” da nota 2, com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2019 da IFRS 16 –Locações, o Grupo reviu os critérios de reconhecimento e contabilização das locações, passando a proceder do seguinte modo:

Identificação de locações

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de uma retribuição. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é periodicamente sujeito a testes de imparidade sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa participada.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia sobre o valor residual do ativo;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificarem:

- (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato;
- (ii) alterações na estimativa do Grupo sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou
- (iii) caso o Grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

Outros Ativos/Passivos Financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("*trade date*"), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e
- (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- I. Análise de incumprimento;

- II. Incumprimento há mais de 6 meses;
- III. Dificuldades financeiras do devedor;
- IV. Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo, contudo, efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente dos ativos/passivos financeiros

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a. Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b. Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- c. Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivativos mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

Imparidade

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contábilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 – Inventários.

O valor dos inventários é reduzido para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Produtos e trabalhos em curso

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Produtos acabados

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data da demonstração da posição financeira;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Transações em moeda estrangeira

Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data da na demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Reconhecimento do rédito

Transporte de passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

Manutenção de material circulante

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Restantes áreas de atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;

- A fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando

- (i) existe obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado
- (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e
- (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto sobre lucros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2018, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 286 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2018 e 2028. Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e conseqüentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar referente a tributação autónoma, derrama estadual e derrama municipal.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque
 - i. não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
 - ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados nas notas anexas às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 17 de junho de 2020, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data da demonstração da posição financeira que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 46.

Juizados de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data da demonstração da posição financeira;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;
- Reconhecimento do crédito - no reconhecimento do crédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o crédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;
- Perdas por imparidade - inventários - na determinação das perdas por imparidade de inventários, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos inventários, considerando que tais critérios refletem a perda de valor dos inventários;
- Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras.

As valorizações são feitas tendo em conta os cash flows descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa é determinada usando a curva de rendimentos atual.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP e das empresas do Grupo apresenta sustentabilidade, o que indicia que existem fatores que asseguram a sua continuidade;
- A assinatura do contrato de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, celebrado com o Estado Português, em 28 de novembro de 2019;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da CP, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento;
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade do Grupo CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data da demonstração da posição financeira, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à

probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS 5. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2019

De seguida identificam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2019 e que podem ter impacto no Grupo CP:

IFRS 16 - Locações

A IFRS 16 substitui a IAS 17 - Locações, e as interpretações associadas, com impacto significativo na contabilização efetuada pelos locatários que passam a ser obrigados a reconhecer para todos os contratos de locação, o Passivo da locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e um Ativo sob direito de uso.

Estão previstas isenções a este tratamento contabilístico para as locações de curto prazo (< 12 meses) e de ativos de baixo valor (< 5.000 USD ou equivalente). A definição de um contrato de locação também foi revista, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado.

No que se refere ao regime de transição, a IFRS 16 pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva simplificada.

Verificaram-se impactos decorrentes da alteração desta IFRS 16 no Grupo CP, os quais estão identificados e quantificados conforme detalhe apresentado nos "valores comparativos" da nota 2.

Alteração à IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Elementos de pré-pagamento com compensação negativa

A IFRS 9 substituiu o ano passado a IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e em 2019, introduz alterações no que se refere:

- i. permite a classificação/mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que incluam condições que permitem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal (“compensação negativa”), tratando-se de uma isenção aos requisitos previsto na IFRS 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado.
- ii. é clarificado que quando se verifique uma modificação às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração na IFRS 9 no Grupo CP.

IAS 19 - Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos

Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e reconheça no resultado do exercício, como parte do custo com serviços passados ou como ganho ou perda na liquidação, qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”. O impacto no “asset ceiling” é sempre registado no Outro rendimento integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração na IAS 19 no Grupo CP.

IAS 28 - Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos

Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (investimentos sem data de pagamento definida e cuja ocorrência não se estima num futuro próximo), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados de acordo com a IFRS 9. Esta clarificação determina que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estejam sujeitos às regras de imparidade da IFRS 9 (modelo das 3 fases das perdas esperadas), antes de serem adicionados,

para efeitos de teste de imparidade, ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração na IAS 18 no Grupo CP.

Melhorias às normas em 1 de janeiro de 2019

Não se registaram impactos decorrentes destas melhorias no Grupo CP.

IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos

Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido.

IAS 12 - Impostos sobre o rendimento

Esta melhoria clarifica que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante a rubrica onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos.

IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 - Acordos conjuntos

Esta melhoria clarifica que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; ii) um investidor numa operação conjunta (não exerce controlo conjunto) que obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, não remensura o interesse detido anteriormente, ao justo valor.

Novas interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019

IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento do imposto sobre rendimento

A IFRIC 23 corresponde a uma interpretação à IAS 12 - Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal

sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento, à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – Provisões, passivos e ativos contingentes, com base na estimativa do valor esperado ou do valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração da nova interpretação da IFRIC 23 no Grupo CP.

Fluxo de Caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2019 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Rubrica de Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Caixa	491 320	445 074
Depósitos bancários	39 963 369	21 338 369
Sub total	40 454 689	21 783 443
Descobertos bancários (a)	(249 652)	(248 491)
Total	40 205 037	21 534 952

(a) o valor dos descobertos bancários encontra-se registado em financiamentos obtidos

Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)

Não existem alterações a reportar de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

Composição do resultado por segmento de negócio (nota 6)

A forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo CP é a natureza dos serviços prestados. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada.

Atendendo a que a IFRS 8 define patamares quantitativos a partir dos quais os segmentos devem ser tratados como segmentos operacionais a divulgar, foram identificados os seguintes segmentos a divulgar no âmbito desta nota:

- Transporte de passageiros suburbanos (engloba o transporte de passageiros suburbano na área de Lisboa e Porto);
- Transporte de passageiros de longo curso (liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer), internacional (transporte de passageiros para a Espanha ou à fronteira de Espanha com França) e regional (serviço de média curta distância para deslocações de carácter sistemático de âmbito regional ou local, distribui os clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios); e
- Manutenção, conservação e construção de material circulante.

Na agregação efetuada dos segmentos operacionais procurou-se garantir que os mesmos tinham características económicas semelhantes, de acordo com o explicitado na IFRS 8.

As informações sobre outras atividades de negócio e segmentos operacionais não relatáveis foram combinadas e divulgadas numa categoria com a designação «todos os outros segmentos». Nela estão incluídos nomeadamente os segmentos de formação, prestação cuidados de saúde e mediação de seguros que ficam muito aquém dos patamares quantitativos da IFRS 8.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, é conforme segue:

Resultado operacional por segmento de negócio do Grupo CP 2018						(valores em euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS						DR O percional Individual do Grupo CP	DR O percional Consolidado do Grupo CP
	Transporte de passageiros nos Subúrbios	Transporte de passageiros no longo curso, internacional e regional	Manutenção e Conservação de Material Circulante	Restantes área	Anulções e Ajustamentos Intragrupo		
Vendas e serviços prestados	120 072 112	1 421 361 146	69 268 590	8 100 624	339 578 471	288 053 160	
* Vendas e serviços prestados - anulções intragrupo	4	89	(39 758 803)	(1 766 801)		(41 526 311)	
Subsídios à exploração	-	-	7 571	-	7 571	-	7 571
* Subsídios à exploração - anulções intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjunto	-	-	559 477	7 508 507	8 067 984	1 302 650	
* Ganhos/perdas imputadas a sub. assoc. e emp. conj. - anulções intragrupo	-	-	-	(6 765 334)	-	(6 765 334)	
Varição nos inventários da produção	-	-	(56 931)	-	(56 931)	(56 931)	
* Varição nos inventários da produção - anulções intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-	-	-	9 014 150	
* Trabalhos para a própria empresa - anulções intragrupo	-	-	9 592 040	(577 890)	-	9 014 150	
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	(861 040)	(4 692 648)	(18 653 255)	(327 770)	(24 734 713)	(24 734 713)	
* Custo mercad. vendidas e matérias cons. - anulções intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(60 728 885)	(91 791 363)	(15 714 518)	(12 866 960)	(180 891 726)	35 748 539	(145 143 187)
* Fornecimentos e serviços externos - anulções intragrupo	12 037 759	6 233 157	4 428 613	13 049 010	(135 049 800)	1 374 980	(133 674 810)
Gastos com o pessoal	(35 086 035)	(48 868 480)	(28 121 361)	(23 153 924)	(135 049 800)	1 374 980	(133 674 810)
* Gastos com o pessoal - anulções intragrupo	-	-	92 788	1 262 802	(651 860)	-	(651 860)
Imparidade de inventários (perdas/rever.)	-	-	-	-	-	-	-
* Imparidade de inventários (perdas/rever.) - anulções intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade dívidas a receber (perdas/reversões)	(76 183)	487 590	(66 769)	(16 002)	336 636	-	336 636
* Imparidade dívidas a receber (per./rev.) - anulções intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	(30 806)	(1 066 786)	(1 097 592)	(3 628)	(1 101 420)
* Provisões (aumentos/reduções) - anulções intragrupo	-	-	-	(3 828)	-	-	-
Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	-	-	-	1 609 616	1 609 616	-	1 609 616
* Imparid. de invest. não depr./am. (per./rev.) - anulções intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	10 547 186	4 265 211	4 580 738	12 193 479	31 586 614	(7 866 040)	23 600 574
* Outros rendimentos e ganhos - anulções intragrupo	(47 747)	(86 388)	(1 565 894)	(6 276 210)	(12 676 700)	1 242 113	(11 434 587)
Outros gastos e perdas	(1 692 837)	(1 816 560)	(1 931 023)	(7 236 280)	(12 676 700)	1 242 113	(11 434 587)
* Outros gastos e perdas - anulções intragrupo	-	-	1 031 613	210 300	-	-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	32 172 318	(90 115)	9 240 326	(15 264 956)	28 027 570	(8 900 721)	17 126 849
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulções intragrupo	11 890 016	6 136 657	(28 179 243)	(846 351)	-	-	-
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(27 068 749)	(19 016 398)	(847 480)	(7 791 122)	(54 653 747)	-	(54 653 747)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) - anulções intragrupo	-	(63 906)	-	765 553	721 647	-	721 647
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	17 105 565	(13 035 560)	(17 766 397)	(25 088 679)	(27 904 530)	(8 900 721)	(36 806 251)

Resultado operacional por segmento de negócio do Grupo CP 2019		(valores em euros)			
	Transporte de passageiros nos subúrbios, no longo curso, internacional e regional	Mantença e Conservação de Material Circulante	DR Operacional Individual do Grupo CP	Anulacoes e Ajustamentos Intra-grupo	DR Operacional Consolidado do Grupo CP
RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS					
Vendas e serviços prestados	273 650 711	73 656 170	10 973 737	(54 097 336)	304 303 282
* Vendas e serviços prestados - anulacoes Intra-grupo	(742)	(52 033 637)	(2 062 957)	-	-
Subsidios à exploração	40 003 543	4 472	-	-	40 008 015
* Subsidios à exploração - anulacoes Intra-grupo	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjunto	-	748 752	9 152 934	(8 311 258)	1 581 428
* Ganhos/perdas imputadas a sub., assoc. e emp. conj.-anulacoes Intra-grupo	-	-	(8 311 258)	-	(1 037 741)
Variación nos inventários de produção	-	(103 741)	-	-	(103 741)
* Variación nos inventários de produção - anulacoes Intra-grupo	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-	11 263 629	11 263 629
* Trabalhos para a própria empresa - anulacoes Intra-grupo	-	11 263 629	-	-	-
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	(6 287 643)	(20 138 200)	-	(26 425 843)	(26 425 843)
* Custo mercad. vendidas e matérias cons. - anulacoes Intra-grupo	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(175 203 486)	(16 914 441)	(2 017 801)	45 817 518	(148 318 210)
* Fornecimentos e serviços externos - anulacoes Intra-grupo	41 116 145	4 386 737	314 636	-	42 817 518
Gastos com o pessoal	(109 014 542)	(28 439 846)	(1 117 954)	1 710 745	(136 861 597)
* Gastos com o pessoal - anulacoes Intra-grupo	1 613 202	97 004	539	-	1 611 745
Imparidade de inventários (perdas/revers.) - anulacoes Intra-grupo	-	4 324 572	(123 082)	-	4 201 490
* Imparidade de inventários (perdas/revers.) - anulacoes Intra-grupo	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(629 453)	(467 300)	1 163	-	(1 095 590)
* Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) - anulacoes Intra-grupo	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	1 720 715	(1 141 161)	-	579 554	(2 526 524)
* Provisões (aumentos/reduções) - anulacoes Intra-grupo	(3 106 078)	-	-	-	(3 106 078)
Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	(465 399)	-	4 140	-	(461 249)
* Imparid. de invest. não depr./am. (per./rev.) - anulacoes Intra-grupo	-	-	-	-	-
Outros rendimentos	24 059 953	3 860 081	107 478	28 027 512	22 080 954
* Outros rendimentos - anulacoes Intra-grupo	(4 208 069)	(1 669 457)	(88 033)	(5 866 558)	(2 080 954)
Outros gastos	(7 376 784)	(1 535 739)	(59 232)	(8 971 755)	(8 405 596)
* Outros gastos - anulacoes Intra-grupo	220 987	346 172	-	-	567 159
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	40 657 625	13 954 619	16 927 383	(12 123 179)	58 310 446
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulacoes Intra-grupo	35 634 446	(37 610 552)	(10 147 073)	-	-
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(52 989 003)	(951 894)	(29 408)	(1 870 734)	(55 810 009)
* Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) - anulacoes Intra-grupo	814 416	-	-	-	814 416
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	24 146 464	(24 707 797)	6 744 902	(13 795 913)	4 514 695

Não é apresentado o resultado financeiro por segmento, dado que as decisões operacionais são tomadas com base nos resultados operacionais por segmento de negócio e não é possível repartir/afetar os financiamentos existentes à totalidade dos segmentos.

O ativo e passivo destes segmentos de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2018 e 2019:

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2018

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. Intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2018
Ativo não corrente dos segmentos reportados	539 353 044	6 534 227	465 137	546 352 408	(42 727 637)	503 624 771
Ativo corrente dos segmentos reportados	40 991 320	50 395 781	1 366 631	92 753 732	(6 571 073)	86 182 659
Ativo total dos segmentos reportados	580 344 364	56 930 008	1 831 768	639 106 140	(48 298 710)	589 807 430
Passivo não corrente dos segmentos reportados	1 321 015 474	11 072 667	264 479	1 332 352 620	(13 806 992)	1 318 545 628
Passivo corrente dos segmentos reportados	1 424 819 152	22 193 286	4 379 861	1 451 392 299	91 483 978	1 542 876 277
Passivo total dos segmentos reportados	2 745 834 626	33 265 953	4 644 340	2 783 744 919	77 676 986	2 861 421 905

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2019

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. Intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2019
Ativo não corrente dos segmentos reportados	513 303 540	6 896 466	482 996	520 683 002	(38 338 336)	482 344 666
Ativo corrente dos segmentos reportados	60 744 058	57 750 128	1 685 733	120 179 919	(6 597 376)	113 582 543
Ativo total dos segmentos reportados	574 047 598	64 646 594	2 168 729	640 862 921	(44 935 712)	595 927 209
Passivo não corrente dos segmentos reportados	799 707 250	10 513 827	230 985	810 452 062	2 235 256	812 687 318
Passivo corrente dos segmentos reportados	1 447 013 874	19 804 792	1 362 211	1 468 180 877	91 573 545	1 559 754 422
Passivo total dos segmentos reportados	2 246 721 124	30 318 619	1 593 196	2 278 632 939	93 808 801	2 372 441 740

Os ativos e passivos existentes também não são segregados por segmento de negócio, dada a impossibilidade de obter esta informação para todos os segmentos, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, em que frequentemente são efetuadas alterações na afetação dos ativos entre os vários segmentos, bem como tendo em consideração o facto de esta informação não ser apresentada de forma detalhada e regular para efeitos de decisão para todos os segmentos. Efetivamente, no que respeita aos ativos e passivos, estes são apenas relatados regularmente por empresa do Grupo, para efeitos de tomada de decisão.

Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)

No final do ano 2019 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 617 518	20 617 518
Edifícios e outras construções	95 295 840	94 107 108
Equipamento básico	1 426 711 289	1 415 589 032
Equipamento de transporte	3 018 420	2 977 487
Equipamento administrativo	26 547 252	25 601 764
Outros ativos fixos tangíveis	63 837 393	66 872 952
Investimentos em curso	1 476 695	988 181
Adiantamentos por conta de investimentos	196 138	23 187
Sub-total	1 637 700 545	1 626 777 229
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	53 835 105	54 556 254
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 148 713 693	1 094 157 439
Ajustamentos realizados por contrapartida de depreciações acumuladas	(6 909 352)	
Perdas por imparidade do período	(814 416)	(721 647)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	4 994 000	5 715 647
Sub-total	1 199 819 030	1 153 707 693
Valor líquido contabilístico	437 881 515	473 069 536

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2019 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	20 617 518	-	-	-	-	-	-	20 617 518
Edifícios e outras construções	94 107 108	16 632	-	-	(1 164 297)	1 610 094	(273 697)	95 295 840
Equipamento básico	1 415 589 032	862 926	(1 427)	473 742	(1 090 918)	15 281 633	(4 403 699)	1 426 711 289
Equipamento de transporte	2 977 487	68 148	-	-	(27 215)	-	-	3 018 420
Equipamento administrativo	25 601 764	605 166	(5 112)	-	(911 705)	1 257 139	-	26 547 252
Outros ativos fixos tangíveis	66 872 952	374 496	-	-	(1 161 385)	674 405	(3 923 075)	63 837 393
Investimentos em curso	988 181	17 062 182	-	-	-	(16 573 668)	-	1 476 695
Adiantamentos por conta de investimentos	23 187	2 449 791	-	-	-	(2 249 603)	(27 237)	186 138
	1 626 777 229	21 439 341	(6 539)	473 742	(2 355 520)	-	(8 627 708)	1 637 700 545
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	47 283 028	2 484 240	-	-	(1 164 297)	-	(273 697)	49 329 274
Equipamento básico	1 022 809 722	47 881 092	(1 427)	473 742	(1 090 918)	-	(846 591)	1 069 225 620
Equipamento de transporte	2 946 198	27 318	-	-	(27 215)	-	-	2 946 301
Equipamento administrativo	23 466 695	1 161 173	(4 508)	-	(911 705)	-	-	23 711 655
Outros ativos fixos tangíveis	52 208 051	2 281 282	-	-	(1 139 661)	-	(3 923 075)	50 426 597
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum.-Equipam. Básico	4 993 999	(814 416)	-	-	-	-	-	4 179 583
	1 155 707 693	53 020 689	(5 936)	473 742	(2 353 796)	-	(5 043 363)	1 199 819 030
Total	473 068 536							437 881 515

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2019, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R1 e R2.

Os abates mais significativos respeitam a equipamento básico (equipamento comercial), já totalmente depreciado e não afeto à atividade comercial e a investimentos realizados em postos de gasóleo que foram desativados.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

As outras regularizações refletem o ajuste do valor líquido contabilístico dos bens (peças de parque e material circulante) decorrente da revisão da sua vida útil.

A 31 de dezembro de 2019 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP junto da Eurofima:

	(valores em euros)
Descrição	V.contabilístico
Automotoras	176 316 229
Total	176 316 229

Ativos intangíveis (nota 8)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Valor Bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	42 672	42 672
Programas de computador	517 792	1 464 911
Ativos intangíveis em curso	-	-
Sub-total	560 464	1 507 583
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	104 170	97 492
Reversões do período	(1 152 686)	-
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 384 936	1 287 444
Sub-total	336 420	1 384 936
Valor líquido contabilístico	224 044	122 647

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

A variação da rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2019 é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)							
	Saldo inicial	Adições	Reval / Imparidades	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transferências	Saldo final
Valor bruto:								
Despesas de investigação e desenvolvimento	42 672	-	-	-	-	-	-	42 672
Programas de computador	1 464 911	205 567	-	-	-	(1 152 686)	-	517 792
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	1 507 583	205 567	-	-	-	(1 152 686)	-	560 464
Amortização acumulada e imparidade:								
Amortização do período	-	104 170	-	-	-	-	-	104 170
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 384 936	-	-	-	-	(1 152 686)	-	232 250
	1 384 936	104 170	-	-	-	(1 152 686)	-	336 420
Total	122 647							224 044

As adições verificadas no período resultam da aquisição de *software* informático.

Direitos de Uso de Ativos (nota 9)

Conforme descrito na nota 2 ("valores comparativos"), ao abrigo da nova redação da IFRS16, foi reconhecido na demonstração da posição financeira o direito de uso dos ativos para as locações que cumpriram todos os requisitos enumerados na referida norma.

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Valor Bruto:		
Direito de Uso (Locações Financeiras - IFRS16)	14 313 059	-
Sub-total	14 313 059	-
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	1 670 734	-
Amortização acumulada de períodos anteriores	-	-
Sub-total	1 670 734	-
Valor líquido contabilístico	12 642 325	-

Assim como as respetivas responsabilidades que resultam das locações financeiras:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Não corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	11 202 675	-
Corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	1 571 557	-
Total	12 774 232	-

Estes direitos de uso respeitam fundamentalmente a edifícios e material circulante.

Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 10)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Tipo	(valores em euros)					
		31-dez-19			31-dez-18		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
SIMEF A.C.E.	Investimento	387 775	-	387 775	400 326	-	400 326
NOMAD TECH, LDA.	Investimento	855 147	-	855 147	493 170	-	493 170
OTLIS, ACE	Investimento	529 613	-	529 613	344 767	-	344 767
TIP, ACE	Investimento	1 706 697	-	1 706 697	1 115 478	-	1 115 478
Total		3 479 232	-	3 479 232	2 353 741	-	2 353 741

Em 2019 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
SIMEF A.C.E.	400 326	-	-	387 775	(400 326)	387 775
NOMAD TECH, LDA.	493 170	-	-	361 977	-	855 147
OTLIS A.C.E.	344 767	-	-	250 457	(65 611)	529 613
TIP, ACE	1 115 478	-	-	591 219	-	1 706 697
Sub-total	2 353 741	-	-	1 591 428	(465 937)	3 479 232
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-	-	-
Total	2 353 741	-	-	1 591 428	(465 937)	3 479 232

Durante o ano de 2019, o aumento do valor das participações financeiras resulta dos resultados positivos das empresas associadas.

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia e que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SIMEF A.C.E.	51	31-dez-19	8 648 300	7 887 956	760 343	-	760 343
Nomad Tech Lda	35	31-dez-19	4 949 836	2 506 558	2 443 278	-	158 170
TIP, ACE	33	31-dez-19	16 491 581	11 319 776	5 171 805	7 772 986	2 447 374
OTLIS, ACE	14	31-dez-19	7 708 565	4 001 264	3 707 301	7 667 689	1 822 076

* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2019 e 31/12/2019. Conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

Outros Investimentos Financeiros (nota 11)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-dez-19			31-dez-18		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	(80 000)	-	80 000	(80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁR	Custo de aquisição	31 944	(31 944)	-	31 944	(31 944)	-
INEGI	Custo de aquisição	2 500	(2 500)	-	2 500	(2 500)	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388 280	(120 179)	268 101	388 280	(124 319)	263 961
Fundo Comp. Trabalho		83 714	-	83 714	49 152	-	49 152
		28 996 561	(879 012)	28 117 549	28 961 999	(883 152)	28 078 847

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado ("Convenção") entre os vários estados membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a "Convenção" teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2019 é analisado no quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	31 944	-	-	-	-	31 944
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500
TRANSCOM, S.A.	388 280	-	-	-	-	388 280
Fundo Comp. Trabalho	49 152	34 562	-	-	-	83 714
	28 961 999	34 562	-	-	-	28 996 561
Imparidade						
CP Carga, SA	(80 000)	-	-	-	-	(80 000)
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	(31 944)	-	-	-	-	(31 944)
INEGI	(2 500)	-	-	-	-	(2 500)
TRANSCOM, S.A.	(124 319)	-	-	-	4 140	(120 179)
	(883 152)	-	-	-	4 140	(879 012)
Total	28 078 847	34 562	-	-	4 140	28 117 549

A única alteração nesta rubrica, no decorrer do período de 2019, diz respeito aos descontos impostos por lei para o fundo de compensação do trabalho, por via dos novos contratos de trabalho celebrados pela empresa.

Impostos Sobre o Rendimento (nota 12)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Apesar de em 2019 ter sido celebrado o contrato de serviço público, que altera de forma significativa a forma de financiamento do serviço público de transporte, o mesmo ainda se encontra em apreciação pelo Tribunal de Contas, não sendo conhecida a data em que o mesmo terá o visto favorável daquela entidade. Esta situação poderá ter impacto significativo nas compensações que resultam deste contrato e que devem ser consideradas para efeitos da determinação dos ativos/passivos por imposto diferidos. Por esta razão a CP não registou ativos/passivos por

impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias entre o reconhecimento contabilístico de gastos ou rendimentos e a sua aceitação fiscal.

No final de 2019, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 242,6 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2019 e 2028.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar referente a tributação autónoma, derrama estadual e derrama municipal, conforme detalhe apresentado no quadro abaixo:

Empresa	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
CP	(740 864)	(861 007)
Fernave	(7 943)	(3 152)
Ecosaúde	(6 932)	(7 360)
Emef	(340 608)	(273 583)
Saros	(6 169)	(6 139)
Total	(1 102 516)	(1 151 241)

Inventários (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	44 154 805	41 456 489
Produtos acabados e intermédios	748 036	851 778
Adiantamentos por conta de compras	596 347	57 497
	45 499 188	42 365 764
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	4 201 490	(651 860)
Imparidades de períodos anteriores	(15 563 809)	(14 911 949)
	(11 362 319)	(15 563 809)
Valor líquido contabilístico	34 136 869	26 801 955

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sofreu um acréscimo face ao ano anterior. Este acréscimo é o resultado de um aumento do volume de compras face ao período homólogo e consequente reforço do volume de stock em armazém para fazer face a intervenções planeadas.

Acompanhando a tendência de aquisições, também os adiantamentos por conta de compras tiveram um aumento face ao período homólogo, que decorre de um contrato de fornecimento de componentes, cuja regularização ocorrerá à medida que os componentes forem sendo entregues.

À semelhança do relatado no ano anterior realça-se o facto de, no âmbito do contrato de manutenção celebrado com a ViaPorto e, de forma a permitir a prestação de serviços sem quebra de qualidade e continuidade, ter esta entidade colocado à disposição do Grupo peças de reserva para utilização, propriedade da Metro do Porto, mediante obrigatoriedade de reposição no final do contrato.

Sucedem, porém, que não sendo as referidas peças inventário do Grupo, o gasto do respetivo consumo só ocorre no momento da reposição do stock do cliente. Em conformidade com o princípio do acréscimo, é especializado o valor estimado de consumos de peças deste lote ocorridos no período.

O reconhecimento de imparidades de inventários registou as seguintes variações:

(valores em euros)					
Descrição	Saldo inicial	Utilizações	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(15 060 244)	-	(724 174)	4 633 857	(11 150 561)
Produtos acabados e intermédios	(503 565)	-	(13 062)	304 869	(211 758)
Total	(15 563 809)	-	(737 236)	4 938 726	(11 362 319)

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente no segmento de transporte de passageiros e no segmento de manutenção e reparação de material circulante.

Para o cálculo da imparidade dos inventários afetos ao segmento de transporte de passageiros, verifica-se semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece-se uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicado a todos os inventários em armazém. Em 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a imparidade das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

O total das imparidades de inventários reconhecidas em 2019 resulta ainda do contributo do segmento de manutenção e reparação.

Os critérios adotados na determinação das perdas por imparidade de inventários no segmento de manutenção e reparação fazem depender o valor da imparidade dos materiais em armazém da duração dos contratos de prestação de serviços celebrados com cada cliente e da rotação/perspetiva de consumo esperada nesse horizonte temporal.

No caso concreto dos materiais com aplicação nas séries de material circulante, a estimativa da imparidade dos materiais foi revista, passando a depender da vida útil esperada da série onde os mesmos serão aplicados, decorrente da fusão por incorporação da EMEF na CP a partir de 1 de janeiro de 2020.

Em relação à variação dos Inventários da Produção, o Grupo CP apresenta os seguintes valores em 2019 e 2018:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Varição inventários da Produção		
Produtos acabados e intermédios	(103 741)	(56 931)
Total	(103 741)	(56 931)

Clientes (nota 14)

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	12 682 509	13 519 498
Clientes - cobrança duvidosa	3 105 689	2 490 983
Sub-total	15 788 198	16 010 481
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(664 681)	350 601
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(2 305 086)	(2 655 687)
Sub-total	(2 969 767)	(2 305 086)
Valor líquido contabilístico	12 818 431	13 705 395

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Clientes gerais	(2 305 086)	(796 293)	77 945	53 667	(2 969 767)
Total	(2 305 086)	(796 293)	77 945	53 667	(2 969 767)

Estado e Outros Entes Públicos (nota 15)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	754 358	909 350
IVA	8 377 280	6 971 651
IVA a recuperar	7 191 038	6 192 008
IVA reembolsos pedidos	1 186 242	779 643
Contribuições Seg Social CNP	42 841	454
DGI-FCT	54	-
Total	9 174 533	7 881 455
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	1 102 516	1 113 245
Retenções de imposto sobre o rendimento	284 184	285 215
IVA a pagar	626 953	1 881 312
Contribuição para a Segurança Social	562 371	560 292
Outras tributações	-	1 123
Total	2 576 024	3 841 187

A variação no ativo resulta essencialmente do aumento do IVA a recuperar, em resultado da aceitação, no final do ano de 2019 de faturação da IP-infraestruturas de Portugal relativa a serviços de utilização da infraestrutura.

Outros créditos a receber (nota 16)

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores	1 652 132	128 391
Outros	501 830	105 834
Outros Devedores - pessoal	111 636	133 305
D.Diversos - c/c	9 167 905	9 235 152
Devedores por acréscimos de receitas	4 191 781	3 247 656
Sub-total	15 625 284	12 850 338
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	(352 964)	(10 872)
Imparidade de períodos anteriores-O. Div. terceiros	(4 167 618)	(4 156 746)
Sub-total	(4 520 582)	(4 167 618)
Valor líquido contabilístico	11 104 702	8 682 720

O aumento relativamente a 2019 regista-se fundamentalmente:

- Na rubrica de adiantamentos a fornecedores, que apresenta um aumento de 1,5 milhões de euros, em resultado fundamentalmente da assinatura de dois contratos de reparação de *bogies*;
- Na rubrica de devedores por acréscimos de receitas, que apresenta um aumento na ordem dos 0,9 milhões de euros em resultado do registo das participações ainda não recebidas relativas a passes sociais, que se espera sejam recebidas em 2020.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Outras dívidas de terceiros	(4 167 618)	(502 687)	-	149 723	(4 520 582)
Total	(4 167 618)	(502 687)	-	149 723	(4 520 582)

Diferimentos (nota 17)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-dez-19	31-dez-18
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros - diversos	938 644	1 254 394
Diferim. - gast. reconh. - seguros	498 177	480 419
Diferim. - gast. reconh. - rendas	11 494	9 444
Total	1 448 315	1 744 257
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Difer. - rend. a reconh. - subsídios ao investimento	103 745 416	106 456 194
Difer. - rend. a reconh. - fact.p/conta - trab.a real.	589 823	-
Diferim. - rend. reconh. - outros dif - rendim reconh.	36 570	28 778
Total	104 371 809	106 484 972

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	(384 295)	(384 295)
59300100 FEDER-Sub Proj 12U0E	(2 343 858)	(3 217 792)
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4U0E	(3 127 490)	(3 474 986)
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4U0E	(8 547 861)	(9 497 606)
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34U0E/UTE	(1 905 151)	(2 222 677)
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	(280 889)	(331 757)
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	(579 992)	(620 963)
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42U0E	(263 096)	(303 000)
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	(14 579 110)	(15 666 540)
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	(12 358 928)	(13 198 673)
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	(341 065)	(404 925)
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	(390 009)	(390 009)
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	-	(134 792)
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	(106 904)	(23 039)
59301015 PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	-	(347 009)
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	(4 152)	(890 313)
59301025 PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	(309 099)	(267 222)
59301027 PIDDAC-Modernização de 4 automotoras 3500	(785 313)	(262 654)
59301028 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 453	-	(201 951)
59301029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	(239 815)	(10 887)
59301030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	(235 247)	(49 021)
59301031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	(181 756)	(165 044)
59301032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	-	(380 429)
59301033 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 464	-	(3 747)
59301034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	(30 045)	(268 026)
59301035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	(148 676)	-
59301036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	(343 613)	(101 328)
59301037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	-	(8 379)
59301039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	(243 474)	(20 949)
59301040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 468	-	(15 712)
59301041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	(85 115)	(78 569)
59301042 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463	-	(101 705)
59301043 PIDDAC-Grande Reparação -Gr R-R2 461	-	(61 717)
59301044 PIDDAC-Grande Reparação R2 469	-	(101 705)
59301045 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197012	(67 855)	(40 857)
59301046 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197034	(87 836)	(61 285)
59301047 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197011	(53 395)	(139 190)
59301048 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197020	(87 836)	(102 861)
59301049 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597004	(35 285)	(50 919)
59301050 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597007	(52 928)	(119 042)
59301051 PIDDAC-Grande Reparação R2 1415	(127 428)	(56 561)
59301052 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197028	(88 992)	(119 042)
59301053 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997008	(44 053)	(117 446)
59301054 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197019	(105 173)	(306 432)
59301055 PIDDAC-Grande Reparação R2 0451	(18 854)	(76 974)
59301056 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197027	(105 173)	(119 042)
59301057 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997002	(101 959)	(243 217)
59301058 PIDDAC-Grande Reparação R2 3154	(282 240)	(153 086)
59301059 PIDDAC-Grande Reparação R2 9634	(54 981)	(52 617)
59301060 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197007	(105 173)	(78 579)
59301061 PIDDAC-Grande Reparação R2 3266	(224 388)	(50 312)
59301062 PIDDAC-Grande Reparação R2 0458	(85 048)	(79 016)
59301063 PIDDAC-Grande Reparação R2 0457	(27 361)	(53 763)
59301064 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997004	(69 243)	(80 121)
59301065 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997009	(44 087)	(103 903)
59301066 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197015	(70 474)	(52 538)
59301067 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197016	(48 104)	(1 546 888)
59301068 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197001	(71 761)	(135 753)
59301069 PIDDAC-Grande Reparação R2 1413	(96 061)	(237 164)
59301070 PIDDAC-Grande Reparação R2 3260	(48 573)	(233 500)
59301071 PIDDAC-R1 CPA's 4000	(1 474 835)	(132 596)
59301072 BQ -PID-R2 0462	(97 868)	-
59301073 BQ -PID-R2 0362	(158 109)	-
59301074 BQ -PID-R2 3256	(217 489)	-
59301075 BQ -PID-R2 464	(94 711)	-
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	(580 622)	(685 774)
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	(1 133 029)	(1 213 066)
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	(25 976 509)	(27 910 856)
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	(15 775 381)	(16 888 050)
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	(683 888)	(811 937)
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	(903 371)	(903 370)
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	(232 393)	(293 016)
59321000 FundAmb-12AutB e10E1	(4 565 785)	-
59322000 InvTranf-CPA 4005_07	(1 832 212)	-
Total	(1 03 745 416)	(1 06 456 194)

Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 18)

Um dos objetivos do Grupo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, entende-se que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Semestralmente é avaliada a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor nas contas da empresa ajustado a zero, se se considerar o valor dos subsídios a reconhecer e o valor de sucata, conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de dezembro de 2019:

(valores em euros)					
Descrição	Valor contabilístico (1)	Subsídio a reconhecer (2)	Valor de sucata (3)	Imparidade (4)	(1)-(2)+(3)-(4)
Várias séries	11 860 235	(3 035 233)	(1 150 372)	(7 674 630)	(0)

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

(valores em euros)		
Descrição	31-dez-19	31-dez-18
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	1 68 826
Edifícios e outras construções	1 75 369	409 130
Equipamento básico	4 185 605	5 005 478
Total	4 445 005	5 583 434

A variação registada em 2019 decorre da alienação do imóvel sito em Vila Nova de Gaia (que afeta as rubricas de terrenos e edifícios e outras construções) e de equipamento básico (material circulante não afeto à atividade comercial).

Capital Subscrito (nota 19)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, alterado pelo decreto-lei nº 124-A/2018 de 31 dezembro, que define os Estatutos da CP, o capital subscrito da empresa é detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Em 2015, 2016, 2017 e 2018, foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em 683,483 milhões de euros (em 2015), 654,913 milhões de euros (em 2016), 516,4 milhões de euros (em 2017) e 80,9 milhões de euros (em 2018) o capital subscrito da CP, EPE, tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Em 2019, e de acordo com a legislação em vigor, foi determinado igualmente, por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em 28,5 milhões de euros o capital subscrito da CP, EPE, a realizar pelo Estado da seguinte forma:

- Em abril, foi realizado pelo Estado Português um aumento de capital em numerário, no valor de 10 milhões de euros;
- Em setembro, foi realizado pelo Estado Português um aumento de capital em numerário, de 18,5 milhões de euros.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal, relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

Assim, no final do ano 2019 o Grupo apresenta um capital subscrito de 3.959.489.351 euros, que se encontra integralmente realizado pelo Estado Português.

Reservas Legais (nota 20)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, que define os Estatutos da CP,

a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

Outras Reservas (nota 21)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

Resultados Transitados (nota 22)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente:

- A uma operação de entrada de capital em numerário, determinada por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, e realizada pelo Estado Português, no valor de 518,6 milhões de euros, para cobertura de resultados transitados negativos;
- À transferência do resultado líquido do exercício anterior para resultados transitados.

Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Reconciliação do resultado transitado consolidado		
Resultados transitados de 2019		(5 776 323 289)
Resultados transitados de 2018	(6 189 186 647)	
+ Resultado líquido do período de 2018	(106 249 189)	(6 295 435 837)
Movimentos de 2019 directamente em Res.transitados:		519 112 548
Diferenças de consolidação relacionadas com:		
- Cobertura de prejuízos acumulados		518 616 538
- O utras (saldos e transações)		496 010

Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 23)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
Total	91 490 008	91 490 008

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-lei n.º 361/85.

Provisões (nota 24)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo Inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1 227 476	126 151		100 408	1 253 219
Acidentes ferroviários	2 837 409	198 686			3 036 095
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	10 222 113	2 302 095	745 277		11 778 931
Total	14 286 998	2 626 932	745 277	100 408	16 068 245

A rubrica de provisões consolidada apresenta um agravamento de cerca de 1,8 milhões de euros, onde se destaca o reforço (i) das responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais e o reforço de (i) outras provisões, em resultado do reforço da provisão para o processo instaurado contra o Millennium BCP e outros, relativamente a cedências de créditos futuros.

No que respeita às responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa, em 31 de dezembro de 2019, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (CGD PENSÕES).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas;

Taxa de desconto: 1,00%;

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%;

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90;

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias;

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2019.

Financiamentos Obtidos (nota 25)

No final do período de 2019 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	56 333 334	94 026 667
Empréstimos por obrigações	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	(5 430 936)	(5 796 037)
Outros financiadores	523 311 325	1 016 028 000
Locações financeiras	11 202 675	-
Total	785 416 398	1 304 258 630
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	37 693 333	21 122 500
Empréstimos por obrigações	-	500 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	-	(180 080)
Descobertos bancários	249 652	248 490
Outros financiadores	1 241 970 443	762 028 000
Locações financeiras	1 571 557	-
Total	1 281 484 985	1 283 218 910

Expurgando o impacto da aplicação da IFRS16 já explicado na nota 2, e conforme referido na nota 19, os aumentos de capital realizados permitiram ao Grupo fazer face aos pagamentos resultantes da dívida histórica (amortizações e encargos financeiros), o que se traduz numa diminuição da rubrica de financiamentos obtidos.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	37 693 333	21 122 500
De 1 a 5 anos	56 333 334	86 426 667
A mais de 5 anos	-	7 600 000
Descobertos bancários		
Até 1 ano	249 652	248 490
Empréstimos por obrigações		
De 1 a 5 anos	-	500 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	-	(180 080)
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(5 430 936)	(5 796 037)
Outros financiadores		
Até 1 ano	1 243 542 000	762 028 000
De 1 a 5 anos	534 514 000	1 015 028 000
A mais de 5 anos	-	1 000 000
Total	2 066 901 383	2 587 477 540

De acordo com a IAS 7 apresenta-se a reconciliação das alterações em passivos de atividades de financiamento, incluindo tanto as alterações decorrentes de fluxos de caixa como as alterações sem contrapartida de caixa:

(Valores em euros)					
Financiamentos	Empréstimo Bancário	Empréstimo por obrigações	Outros financiadores	Descobertos bancários	Total
Saldo em 31 Dezembro de 2018	115 149 167	694 023 883	1 778 056 000	248 490	2 587 477 540
Fluxos de caixa:					
Amortizações em numerário 2019	(21 122 500)	(500 000 000)			(521 122 500)
Novos financiamentos 2019					-
Amortizações em espécie 2019					-
Aplicação taxa efetiva		545 181			545 181
Outras variações				1 162	1 162
Saldo em 31 Dezembro de 2019	94 026 667	194 569 064	1 778 056 000	249 652	2 066 901 383

Outras dívidas a pagar (nota 26)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Não corrente		
Credores por acréscimo de gastos	-	-
Total	-	-
Corrente		
Fornecedores de investimentos	972 135	958 246
Credores por subscrições não liberadas	38 254 752	36 843 299
Outros devedores e credores	12 466 911	7 766 110
Credores por acréscimo de gastos	107 323 808	90 401 403
Total	159 017 606	135 969 058

No que respeita ao passivo corrente, o aumento registado nos credores por acréscimos de gastos, é fruto fundamentalmente do incremento dos valores especializados relativos a juros a liquidar, a gastos com a taxa de utilização de infraestruturas e a outros serviços e fornecimentos externos não faturados. De relevar, na rubrica de outros devedores e credores, o aumento da faturação recebida no final do ano que não foi possível liquidar.

Fornecedores (nota 27)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Fornecedores c/c		
Gerais	10 091 252	12 530 210
Facturas em receção e conferência	267 189	457 940
	10 358 441	12 988 150

Em 31 de dezembro de 2019 e comparativamente ao período homólogo do ano anterior constata-se, a diminuição do saldo global da rubrica de fornecedores.

Adiantamentos de clientes (nota 28)

A rubrica apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Adiantamentos de clientes		
Cientes Fernave	374 000	374 000
	374 000	374 000

Mantém-se ativo o contrato, celebrado em 2014, de promessa compra e venda do DUAT do prédio denominado "Talhão nº 262" que a Fernave detém em Moçambique e para o qual foi recebido um sinal no montante de 374 mil euros.

Vendas e Serviços Prestados (nota 29)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Prestações de serviços		
Passageiros	273 849 969	262 208 350
Outros	30 533 313	35 844 810
Total	304 383 282	298 053 160

A rubrica de vendas e serviços prestados aumentou em cerca de 6,3 milhões de euros, em resultado do incremento dos serviços de passageiros, que apresenta um crescimento acumulado, face a igual período do ano anterior de 11,6 milhões de euros, com destaque para o crescimento na venda de bilhetes.

Já no que diz respeito à rubrica de outras prestações de serviço, esta apresenta uma diminuição de cerca de 5,3 milhões de euros, com especial impacto no segmento de manutenção, onde se pode destacar a descontinuação do negócio de manutenção de locomotivas diesel para o cliente Medway.

Subsídios à Exploração (nota 30)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2019 e 2018:

	(valores em euros)	
Descrição	2019	2018
Subsídios à exploração:		
Indemnizações Compensatórias	40 000 000	-
Formação IEFP	3 543	-
Projeto Shift2Rail-IMPACT2	4 472	7 571
Total	40 008 015	7 571

Ao contrário do que sucedeu em 2018, em que não foi atribuído qualquer valor pelo Estado ao Grupo CP, nem qualquer compensação adicional pela prestação do seu serviço público, em 2019, ao abrigo do previsto no Diário da República n.º 177/2019, série I de 16 de setembro, foi recebido o montante de 40 milhões de euros a título de indemnizações compensatórias.

De destacar também o reconhecimento de subsídios europeus recebidos no âmbito do Projeto IMPACT-2, para apoio à investigação e inovação.

Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 31)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

	(valores em euros)	
Descrição	2019	2018
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	(71 789)
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1 591 428	1 374 439
Outros	-	-
Total	1 591 428	1 302 650

O aumento dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta da melhoria dos resultados das empresas do Grupo, nomeadamente da TIP, OTLIS, SIMEF e Nomad Tech.

Variação nos inventários da produção (nota 32)

	(valores em euros)	
	2019	2018
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	748 036	851 777
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	851 777	908 708
	(103 741)	(56 931)

As principais variações ocorridas nos inventários da produção estão explicadas na Nota 13 - Inventários.

Trabalhos para a própria entidade (nota 33)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2019	2018
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	11 263 629	9 014 150
Total	11 263 629	9 014 150

Os trabalhos realizados para a própria entidade respeitam a manutenção e reparação de material circulante, nomeadamente as reparações periódicas do tipo R1 e R2.

Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	26 425 843	24 734 713
	26 425 843	24 734 713

O acréscimo verificado nesta rubrica deve-se essencialmente:

- i. ao aumento da atividade de reparação de material circulante, nomeadamente no que diz respeito à reparação de rotáveis, com um aumento de 1.284.945 euros;
- ii. ao gasto com o consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, com um incremento de cerca de 107 mil euros;
- iii. ao consumo de outros artigos, nomeadamente de materiais diversos que sofreu um aumento em 2019, quando comparado com o ano de 2018, de cerca de 163 mil euros.

Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Designação	(valores em euros)	
	2019	2018
Subcontratos	29 352 900	30 128 751
Trabalhos especializados e outros	89 468 629	84 707 477
(Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	56 848 060	55 229 187
Materiais	708 415	562 883
Energia e fluidos	25 187 692	25 822 986
Deslocações, estadas e transportes	3 600 574	3 921 090
	148 318 210	145 143 187

Em 2019 e apesar do esforço de contenção de gastos, verificou-se um agravamento na rubrica de fornecimentos e serviços externos, em cerca de 3,2 milhões de euros.

Para este agravamento contribuíram, fundamentalmente, o acréscimo dos gastos com a utilização da infraestrutura ferroviária, assim como da rubrica de conservação e reparação, em resultado das obras de reabilitação e melhoria das instalações do Parque Oficinal de Guifões, à construção de Parque de Resíduos e Reformulação da Rede de Drenagem do Parque Oficinal Norte - Sernada do Vouga e às obras de requalificação das instalações oficiais do Entroncamento.

De destacar as reduções de gastos registadas nas rubricas de eletricidade para tração, nas deslocações e estadas, bem como nos subcontratos com especial evidência na área de manutenção.

Gastos com Pessoal (nota 36)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	535 354	398 956
Remunerações do pessoal	106 224 706	104 369 526
Indemnizações	1 189 415	1 637 619
Encargos sobre remunerações	23 979 161	23 271 637
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	3 957 706	3 205 329
Gastos de ação social	419 112	309 908
Outros gastos com o pessoal	556 143	481 835
	136 861 597	133 674 810

Apesar da diminuição do efetivo de trabalhadores do Grupo CP, verifica-se um acréscimo de gastos nesta rubrica comparativamente a 2018, que resulta da implementação dos acordos de empresa assinados em dezembro de 2019 com as organizações representativas dos trabalhadores, bem como das progressões em resultado dos processos de avaliação realizados. De referir também o aumento dos encargos com seguros, nomeadamente de acidentes de trabalho e saúde, e dos gastos com formação.

De salientar também a diminuição dos gastos com indemnizações, em função do número de rescisões por mútuo acordo ter diminuído em comparação com o período homólogo.

Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 37)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Perdas		
Em investimentos financeiros		-
Ativos não correntes detidos para venda	(679 963)	(49 170)
Reversões		
De investimentos financeiros	4 140	36 905
Ativos não correntes detidos para venda	21 4 574	1 621 881
	(461 249)	1 609 616

Em 2019 verifica-se um acréscimo das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis, que resulta da necessidade de reforçar as imparidades constituídas para ativos não correntes detidos para venda e de, em 2018, se terem registado reversões de imparidades decorrentes do abate de material circulante não afeto à atividade comercial. Em 2019 a reversão de imparidades registada é consequência da venda de material circulante não afeto à atividade de transporte.

Outros Rendimentos (nota 38)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Rendimentos suplementares	6 666 774	6 289 922
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 465	1 963
Ganhos em inventários	131 601	102 604
Restantes ativos financeiros	1 846 715	1 984 069
Investimentos não financeiros	499 400	2 461 079
Outros	12 914 999	12 760 937
	22 060 954	23 600 574

Em 2019, a rubrica de outros rendimentos regista uma diminuição de cerca de 1,5 milhões de euros fundamentalmente por em 2018 se terem registado operações de carácter extraordinário com maior impacto em resultados, salientando-se a alinação de ativos e venda de sucata. Ainda assim importa salientar as seguintes operações de natureza extraordinária registadas em 2019:

- Alienação do edifício de Vila Nova de Gaia;
- Variação cambial do capital subscrito e não realizado da Eurofima;
- Alienação de locomotivas da série 1550;
- Cedência de materiais à Medway, em resultado desta empresa ter passado a assegurar internamente a atividade de manutenção de locomotivas e vagões.

Outros Gastos (nota 39)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Impostos	254 432	204 182
Dívidas incobráveis	4 685	1 070
Perdas em inventários	152 374	141 339
Investimentos não financeiros	236 274	2 199 118
Outros	7 757 831	8 888 878
	8 405 596	11 434 587

Para a diminuição da rubrica de outros gastos, em 2019, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- Descida das perdas em investimentos não financeiros, na sequência da diminuição, face a 2018, de abates de equipamento básico. Em 2018 foi abatido material circulante que se encontrava classificado como ativo não corrente detido para venda;
- Formalização, em 2018, de acordo com a IP para a repartição de gastos de energia em espaços partilhados, o que implicou correção de rendimentos e gastos de exercícios anteriores de materialidade semelhante, situação que não se verificou em 2019 e contribuiu para a redução da rubrica de outros do quadro acima apresentado.

Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 40)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	53 844 808	54 567 596
Ativos intangíveis	104 170	97 492
IFRS 16	1 670 734	
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	9 703	11 341
Ativos intangíveis	-	-
	55 610 009	54 653 747

São registados nesta rubrica os gastos que resultam da amortização/depreciação dos bens de acordo com as vidas úteis definidas conforme detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Estão também registados os impactos que decorrem da aplicação da IFRS 16, conforme detalhe apresentado nos “valores comparativos” da nota 2.

Retirando o impacto mencionado no parágrafo anterior, esta rubrica regista uma diminuição de gastos na ordem dos 714 mil euros, em resultado do fim da vida útil de alguns ativos, facto que não foi compensado pelo investimento realizado.

Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 41)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	814 416	721 647
Total	814 416	721 647

O montante que se observa em 2019 é sobretudo fruto do registo da reversão de imparidades das locomotivas 1550.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 42)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Juros obtidos	192 287	39 341
	192 287	39 341

Juros e Gastos Similares Suportados (nota 43)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Juros suportados	53 121 883	65 080 338
Outros gastos e perdas	2 984 697	3 251 700
	56 106 580	68 332 038

No exercício de 2019, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista uma diminuição de cerca de 12,2 milhões de euros que decorre fundamentalmente da redução do passivo remunerado do Grupo CP, bem como aos níveis historicamente baixos que se verificam nas taxas de juro de mercado.

Garantias e Avais (nota 44)

	(valores em euros)
Garantias e fianças prestadas ao Grupo CP:	
- Pelo Estado	94 026 667
- Por entidades bancárias a favor de terceiros	1 913 624
Garantias e fianças bancárias prestadas pelo Grupo CP a favor de terceiros	4 172 740

Remuneração do revisor oficial de contas (nota 45)

A Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.500 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 11.700 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

Acontecimentos Relevantes Após a Data da demonstração da posição financeira (nota 46)

- Foi concretizada em 01 de janeiro de 2020 a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, publicada em 26 de dezembro de 2019 por Decreto-Lei N.º 174/2019-B. A CP sucede assim em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF, S. A., que integram a respetiva esfera jurídica à data de efeitos da fusão. A fusão em nada afeta nem altera as circunstâncias em que os contratos foram celebrados, nem altera as garantias destes.
- Como é do conhecimento generalizado, no passado dia 11 de março a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia. Existem já notícias que indicam que diversos setores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do risco de negócio. Existem adicionalmente notícias que indiciam a iminência de uma retração económica geral. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade do Grupo CP apresentam-se à data incertos.



ANEXOS



Relatório de Auditoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 595.927.209 euros e um total de capital próprio negativo de 1.776.514.531 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 52.501.954 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

O Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2019, um total de capital próprio negativo de 1.776.514.531 euros.

Adicionalmente, salientamos que no ano em análise se verificou uma diminuição significativa dos financiamentos, no valor de 520.576.157 euros. No entanto, o Grupo continua a possuir um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido financiado, em grande parte, pela Tutela Sectorial e Financeira. Tratando-se de um Grupo que presta um serviço público, em 2019 o financiamento da sua atividade continuou a depender do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital do Grupo.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

No entanto, conforme referido na nota 1 do anexo, em 28 de novembro de 2019, o Grupo celebrou com o Estado Português o contrato de serviço público respeitante ao transporte ferroviário nacional de passageiros, por um período de 10 anos, onde constam os serviços abrangidos, as obrigações de serviço público a que o Grupo está obrigado, a respetiva compensação e os indicadores operacionais quantificáveis de aferição de incumprimento, aguardando-se o visto do Tribunal de Contas.

Adicionalmente, e conforme referido na nota 1 do anexo, em 26 de dezembro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei N.º 174/2019-B, que aprova a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP - Comboios de Portugal, E. P. E., a qual sucede assim em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF, S. A., que integram a respetiva esfera jurídica à data de efeitos da fusão. A fusão em nada afeta nem altera as circunstâncias em que os contratos foram celebrados, nem altera as garantias destes.

Decorrente da pandemia COVID-19, perspetiva-se uma crise mundial com impactos significativos na economia global. À data deste relatório, não temos conhecimento de qualquer situação que pudesse originar ajustamentos nas demonstrações financeiras em análise, no entanto, o Grupo deverá criar condições para aferir os potenciais impactos desta situação na sua atividade operacional e demonstrações financeiras futuras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
Reconhecimento do Rédito O rédito dos serviços prestados pelo Grupo, que incluem essencialmente o transporte de passageiros e a manutenção e reparação de material circulante, em 31 de dezembro de 2019, ascendeu a 304.383.282 euros, conforme divulgado na nota 29. O risco do reconhecimento do rédito está relacionado, por um lado, com o elevado número de registos do sistema da bilhética e com a respetiva integração destes na contabilidade, e por outro, com o nível de julgamento da Administração na determinação do grau de acabamento dos serviços em curso à data do balanço, pelo que o consideramos uma matéria relevante de auditoria.	Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria: a) levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita; b) teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade; c) análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das obras em curso; d) análise dos ajustamentos efectuados ao rédito no final do ano; e e) identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.



JR

Imparidade dos ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a imparidade dos ativos fixos tangíveis ascende a 4.179.583 euros, conforme divulgado na nota 7.

O apuramento da imparidade realizado pelo Grupo assenta em validações efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, as quais estão associadas ao nível de rotação do material circulante e à expectativa de alienação daquele que se encontra obsoleto, e por peritos independentes, para os imóveis, o que nos leva a considerar este tema como uma matéria relevante de auditoria.

Provisões

As provisões apresentam um saldo de 16.068.245 euros, em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado na nota 24.

Esta rubrica inclui, essencialmente, provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários.

A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais encontra-se suportada por um estudo actuarial preparado por um perito independente.

Os movimentos registados nestas provisões são suportados nos pareceres dos assessores jurídicos do Grupo.

Consideramos as provisões uma matéria relevante de auditoria pelo complexo grau de julgamento e de incerteza associado.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise dos critérios definidos pelo Grupo para identificação do material circulante com rotação reduzida ou em estado obsoleto;
- b) análise do suporte ao cálculo das imparidades registadas, incluindo os respectivos critérios adotados e as avaliações independentes dos imóveis;
- c) análise dos principais movimentos das imparidades registadas no ano;
- d) indagação junto da gestão do Grupo; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das imparidades nas notas anexas.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões e análise dos principais movimentos do ano;
- b) obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas obtidas;
- c) indagação junto da gestão;
- d) obtenção e apreciação do estudo actuarial que suporta o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das provisões nas notas anexas.

Imparidade dos inventários

Os inventários, que em 31 de dezembro de 2019 ascendem a 34.136.869 euros, são registados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Associado às responsabilidades assumidas perante os seus clientes, o Grupo detém inventários por longos períodos. Assim, face ao montante dos inventários e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração na estimativa das perdas por imparidade (conforme referido na nota 13), consideramos ser uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;
- b) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pelo Grupo;
- c) teste aos pressupostos subjacentes ao cálculo da estimativa das perdas de imparidade em inventários;
- d) análise dos principais movimentos ocorridos no ano;
- e) aferição da consistência dos critérios com os utilizados no ano anterior; e
- f) verificação da adequabilidade das divulgações da imparidade nas notas anexas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

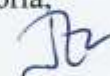


Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das Entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;



- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

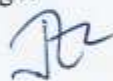
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira consolidada prevista no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo referiu no seu relatório de gestão que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que incluirá a informação não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário, apresentado na prestação de contas individuais, inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Grupo pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E, realizada em 31 de maio de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços ao Grupo.

Lisboa, 18 de junho de 2020

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015
Registado na CMVM com o nº 20160630



Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 595.927.209 euros e um total de capital próprio negativo de 1.776.514.531 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 52.501.954 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASES

Conforme mencionado no ponto 7 do Relatório de Gestão, os Relatórios e Contas do Grupo referentes aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 ainda não se encontram formalmente aprovados pela Tutela. Salienciamos ainda que o Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos, de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2019, um total de capital próprio negativo de 1.776.514.531 euros. O total do ativo corrente (113.582.544 euros) é substancialmente inferior ao total do passivo corrente (1.559.754.422 euros) e apesar de os financiamentos obtidos terem diminuído em 520.576.157 euros, o seu grau de endividamento mantém-se elevado, conforme nota 25 do anexo. Tratando-se de uma E.P.E., com relevantes obrigações inerentes ao serviço público que presta, o financiamento da atividade encontra-se maioritariamente suportado por capitais do Estado Português.

Foi concretizada em 01 de janeiro de 2020, a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP - Comboios de Portugal, E. P. E., publicada em 26 de dezembro de 2019 por Decreto-Lei N.º174/2019-B. A CP - Comboios de Portugal, E. P. E. sucede assim em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF, S. A., que integram a respetiva esfera jurídica à data de efeitos da fusão. A fusão em nada afeta nem altera as circunstâncias em que os contratos foram celebrados, nem altera as garantias destes. Os efeitos decorrentes deste acontecimento para a atividade do Grupo, encontram-se divulgados na nota 46 nas notas anexas às demonstrações financeiras.

No passado dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19, como pandemia. Os recentes desenvolvimentos resultantes desta pandemia têm impacto significativo quer a nível nacional, quer a nível internacional. Estes desenvolvimentos aumentam o grau de incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das diversas entidades. Os efeitos decorrentes deste acontecimento para a atividade do Grupo encontram-se divulgados na nota 46 nas notas anexas às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Imparidade de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes detidos para venda (Divulgações relacionadas com as notas 3, 7, 18, 37 e 41 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilístico de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes detidos para venda ascendia a 437.882 milhares de euros e 4.445 milhares de euros, respetivamente. Conforme divulgado na nota 3, o Grupo reconhece perdas por imparidade quando o valor recuperável de um determinado ativo se revela inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Os testes de imparidade realizados pelo Grupo assentam em validações preparadas pelos responsáveis operacionais que têm por base diversos pressupostos e critérios definidos pelo Grupo, nomeadamente a rotação do material circulante e expectativa de vida útil remanescente associada à operação, o que nos leva a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p> <p>Decorrente do seu processo de análise, o Grupo apresenta, nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, perdas por imparidade acumuladas de 4.180 e 7.679 milhares de euros em relação aos ativos fixos tangíveis (Nota 7) e aos ativos não correntes detidos para venda (Nota 18).</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) análise dos critérios definidos pelo Grupo para identificação de material circulante com rotação reduzida ou obsoleto, bem como os critérios de ajustamento definidos para reduzir o valor dos ativos ao seu valor de realização; ii) obtenção do suporte ao cálculo da imparidade efetuado pela gestão, avaliando se o seu valor recuperável se mostra superior ao seu valor contabilístico; iii) revisão dos movimentos ocorridos no ano na rubrica de perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes detidos para venda; iv) leitura e análise das atas do Conselho de Administração e indagação junto da gestão; e v) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

Reconhecimento do Rédito (Divulgações relacionadas com as notas 3 e 29 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>O rédito resultante dos serviços prestados pelo Grupo é proveniente, essencialmente, da venda dos bilhetes de passageiros que, em 31 de dezembro de 2019, ascendeu a 304.383 milhares de euros. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 3 e 29 do Anexo.</p> <p>A materialidade do valor e o elevado número de registos do sistema da bilhética e a sua integração na contabilidade, levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) levantamento e análise do desenho e implementação do processo e controlos relevantes no ciclo da receita; ii) realização de diversos procedimentos analíticos, incluindo a análise de evoluções mensais por tipologia de serviços e a comparação com os valores de exercícios anteriores; e iii) execução de procedimentos específicos de validação do correto corte de operações; iv) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

Valorização das provisões	
(Divulgações relacionadas com as notas 3 e 24 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de provisões apresenta um saldo de 16.068 milhares de euros, correspondendo 4.289 milhares de euros a processos judiciais em curso e acidentes ferroviários e 11.779 milhares de euros a acidentes de trabalho, doenças profissionais e outros riscos e encargos. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 3 e 24 do Anexo.</p> <p>A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais é suportada por um estudo atuarial preparado por peritos atuariais independentes contratados pelo Grupo.</p> <p>A materialidade do valor e a complexidade de julgamento quanto aos pressupostos utilizados na avaliação do montante das responsabilidades e do desfecho provável dos processos judiciais em curso, assim como, na determinação das responsabilidades relacionadas com acidentes de trabalho e doenças profissionais (estudo atuarial preparado por peritos independentes), levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões; ii) obtenção e análise das listagens de processos judiciais em curso em que o Grupo se encontra envolvido através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados que prestam serviços ao Grupo; iii) indagação junto da área jurídica do Grupo quanto à adequabilidade dos julgamentos efetuados sobre processos judiciais em curso; iv) leitura e análise das atas do Conselho de Administração e indagação junto da gestão; v) obtenção e leitura do estudo preparado pelos peritos independentes para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais; vi) avaliação da razoabilidade dos pressupostos atuariais utilizados para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho; e vii) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

Imparidade de inventários	
(Divulgações relacionadas com as notas 3 e 13 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilístico de inventários ascendia a 34.137 milhares de euros. Conforme divulgado na nota 3, o Grupo reconhece perdas por imparidade quando o valor recuperável de um determinado ativo se revela inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Os critérios adotados na determinação das perdas por imparidade de inventários no segmento de manutenção e reparação fazem depender o valor da imparidade dos materiais em armazém da duração dos contratos de prestação de serviços celebrados com cada cliente e da rotação/perspetiva de consumo esperada nesse horizonte temporal. Os testes de imparidade realizados pelo Grupo apresentam elevada complexidade e nível de</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pelo Grupo; ii) análise dos pressupostos inerentes ao cálculo da estimativa de perdas por imparidade de inventários; iii) verificação dos pressupostos subjacentes com equipas técnicas; iv) análise dos principais movimentos da imparidade ocorridos no exercício; v) verificação da consistência dos critérios utilizados com os do ano anterior; vi) verificação da adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Imparidade de inventários	
<i>(Divulgações relacionadas com as notas 3 e 13 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas)</i>	
juízo, o que nos leva a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.	
Decorrente do seu processo de análise, o Grupo apresenta, nas suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019, perdas por imparidade acumuladas de 11.362 milhares de euros (Nota 13).	

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material

quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e

somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização,, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos artigos 451.º, n.º 3, al. e) e 508.º- D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE A INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA PREVISTA NO ARTIGO 508.º-G DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a **CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.** referiu no seu relatório de gestão que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que incluirá a informação não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na internet no prazo legal.

SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório do governo societário, apresentado quando do processo de prestação de contas individuais, inclui os elementos exigíveis à CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. pela primeira vez por despacho a 16/05/2014 para completar o mandato compreendido entre 2013 e 2015, mantendo-nos em funções para os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019, na ausência da ocorrência de nova designação.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 18 de junho de 2020;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 18 de junho de 2020

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

Relatório do Conselho Fiscal



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**CONTAS CONSOLIDADAS 2019 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.****1. INTRODUÇÃO**

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP ou Grupo CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2019.

O presente Relatório e Parecer têm em consideração a certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)³ e as informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria⁴, e, ainda, as conclusões contidas no Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, sobre as demonstrações financeiras consolidadas da CP do exercício de 2019, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas do Grupo CP.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE;
- As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa⁵, foram preparadas a partir de registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e em vigor em 31 de dezembro de 2019; A CP, a empresa-mãe do Grupo CP, encontra-se inserida na lista das entidades que integram as Administrações Públicas, encontrando-se integrada num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Datada de 18 de junho de 2020.

⁴ Igualmente datado de 18 de junho de 2020, apresentado ao CF nos termos previstos do artigo 11.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e do artigo 24.º, n.º 1 e n.º 2, do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

⁵ Assinadas em 17 de junho de 2020.

**CONSELHO FISCAL**

- Em 2019 foi assinado entre o Estado e a CP o contrato de serviço público por um período de 10 anos, renovável por 5 anos, o qual só obteve visto do Tribunal de Contas em 26.06.2020;
- Foi lançado em 2019 o concurso para a aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional, estando prevista que a assinatura do contrato ocorra em 2020;
- Através do Decreto-Lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro foi aprovada a fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (EMEF) na CP;
- Em 2019, foi implementado através do Despacho n.º 1234-A/2019, dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) nos Transportes Públicos, medida que fez aumentar a procura e os proveitos de tráfego;
- Cabe ainda referir que durante o ano de 2019 foi aprovado o Relatório e Contas do Grupo CP referente a 2015, mantendo-se por aprovar as Contas relativas aos anos de 2016 a 2018, situação esta que foi evidenciada como uma ênfase tanto na certificação legal das contas como no relatório de auditoria externa.

É neste contexto que são apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas e o desempenho do Grupo CP, como se uma única entidade se tratasse.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Durante o exercício objeto de análise, por despacho conjunto de 28 de agosto de 2019, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, foi designada a nova composição do Conselho Fiscal da CP para o triénio 2019/2021.

O CF, com a anterior composição, durante o exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, designadamente, procedido a:

- i) Reuniões com membros do Conselho de Administração (anterior e atual) por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- iv) Elaboração dos pareceres sobre os relatório e contas individuais e consolidadas referentes a 2018.
- v) Reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;



CONSELHO FISCAL

- vi) Elaboração de parecer que incidiu sobre o relatório de atividades e execução orçamental do 1.º trimestre apresentado pelo Conselho de Administração⁶;
- vii) Elaboração do parecer sobre Relatório & Contas Intercalar Consolidado referente ao 1.º semestre de 2019;

Sem prejuízo do supra referido, o CF com a nova composição, participou, igualmente, em reuniões com o atual Conselho de Administração da CP e com os responsáveis pela área financeira e de planeamento.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério das Infraestruturas e da Habitação e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A CP gere um portefólio de empresas nas áreas da manutenção de equipamentos ferroviários, seguros, saúde e formação técnica, procurando, desta forma, sinergias e a maximização da eficiência integrada de todo o Grupo CP.

A atividade das empresas do grupo é centrada nas orientações estratégicas da CP, as quais são definidas com as orientações das tutelas financeiras e setorial e com as constantes do Plano Estratégico de Transportes (PETI3+) em vigor para o período 2014 -2020.

Neste contexto a CP, enquanto empresa-mãe do Grupo CP, detinha, em 31 de dezembro de 2019, direta e maioritariamente empresas designadas pela CP de “subsidiárias”, cujas participações encontram-se reconhecidas pelo método da consolidação integral e que são as seguintes:

- A EMEF, detida pela CP em 100%, com o capital social de 8 100 000 euros e que tem como atividade o fabrico, bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção. Destaca-se que esta empresa detém uma participação de 51% no ACE⁷ SIMEF - Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária e 35% na sociedade Nomad Tech, Lda, as quais foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial;

⁶ Salienta-se que os restantes relatórios trimestrais não foram apresentados pelo Conselho de Administração.

⁷ Agrupamento complementar de empresas.



CONSELHO FISCAL

- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. (SAROS), detida 100% pela CP, com o capital social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros;
- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (FERNAVE), igualmente detida pela CP em 100%, com o capital social - 50 000 euros e que tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas do sector de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. Note-se que a FERNAVE detém uma participação de 19,1% na Transcom, SARL, sediada em Moçambique, e cuja participação está reconhecida ao custo de aquisição menos perdas de imparidade⁸;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. (ECOSAÚDE), capital social de 50 000 euros, integralmente detido pela CP, dedica-se à prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;

A CP detém, direta ou indiretamente através das suas empresas subsidiárias conforme supra referido, outras participações financeiras em empresas ou outras entidades, decorrente do interesse estratégico para as operações da empresa⁹.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Grupo CP, em 2019, ascendeu a cerca de -52,5 milhões de euros, representando uma melhoria significativa, em relação ao resultado no ano anterior, que ascendeu a cerca de -106,2 milhões de euros, i.e., uma melhoria de cerca 51%. Mais se regista um EBITDA decorrente da atividade de cerca de 58,8 milhões de euros, o que constitui um acréscimo relativamente ao ano anterior de 40,4 milhões de euros.

Esta situação decorreu, conforme já referido no âmbito do parecer deste órgão de fiscalização, às contas individuais da CP, essencialmente, do recebimento de indemnização compensatória do Estado, através do IMT, I.P., de 40 milhões de euros, conforme estipulado da RCM n.º 156/2019, 5 de setembro (publicada no D.R., 1ª série de 16 de setembro);

Para o resultado alcançado, assinalam-se, pela sua dimensão e importância, igualmente os seguintes impactos:

- O aumento das vendas e serviços prestados, em cerca de 6,3 milhões de euros, fundamentalmente derivado do acréscimo das receitas geradas pelos serviços de transporte de passageiros, com destaque para a venda de bilhetes por parte da CP, a qual atingiu cerca de 145 milhões de passageiros transportados, representando um acréscimo de mais 19 milhões de passageiros;

⁸ Na rubrica Outros Investimentos Financeiros.

⁹ Como é o caso da OTLIS, ACE, e do TIP, ACE, que são entidades que desenvolvem atividade no domínio da bilhética.



CONSELHO FISCAL

- O registo de variação favorável de imparidades de inventários, em 4,9 milhões de euros, decorrentes do ajustamento da estimativa de imparidade dos inventários à vida útil esperada dos materiais onde estes inventários podem ser aplicados;
- A melhoria do Resultado Financeiro, em cerca de 12,4 milhões de euros, decorrente, essencialmente, da redução do passivo remunerado do Grupo, em particular da CP;

E ainda, em sentido contrário:

- O aumento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, em cerca de 3,2 milhões de euros, essencialmente gastos relativos à taxa de utilização de infraestruturas;
- O aumento dos Gastos com Pessoal, em cerca de 3,6 milhões de euros, decorrentes essencialmente da implementação dos acordos de empresas assinados em dezembro de 2019 com as organizações representativas dos trabalhadores e das progressões em resultado dos processos de avaliação, pese embora se constate uma diminuição do efetivo final a cargo do grupo de cerca de - 35 trabalhadores.

Relativamente ao Balanço do Grupo, assinala-se uma redução do passivo em cerca de 489 milhões de euros, decorrente, essencialmente, da amortização do empréstimo BEI e do empréstimo obrigacionista por parte da CP, de acordo com os respetivos planos de pagamento contratualizados. De destacar, ainda, uma melhoria do capital próprio, em cerca de 495 milhões de euros, decorrente, principalmente, do efeito do aumento de capital da CP, no valor de 28,5 milhões de euros, bem como da operação levada a cabo pelo Estado para cobertura de resultados transitados no valor de 518,6 milhões, e que permitiram à CP obter meios para fazer face ao pagamento da dívida remunerada.

No final de 2019, o Ativo do Grupo CP ascendia a cerca de 596 milhões de euros (+1% relativamente a 2018), o Capital próprio a - 1.776 milhões de e euros (melhoria de 22%) e o Passivo a cerca de 2.372 milhões de euros (- 17%).

Apesar das melhorias assinaladas, a estrutura financeira do Grupo CP continua a evidenciar grandes desequilíbrios, dos quais se destaca o facto do total do passivo representar cerca de quatro vezes mais o valor do total do ativo, bem como capitais próprios negativos decorrentes de prejuízos sucessivamente acumulados ao longo dos anos.

4.1 Empresas do Grupo

No que se refere às outras empresas do Grupo CP¹⁰, destaca-se o seguinte:

- **EMEF**

O resultado líquido da EMEF foi positivo em 10,7 milhões de euros, superior em 4,3 milhões de euros ao registado em 2018, apresentando um EBITDA positivo de 13,9 milhões de euros.

O resultado operacional apresentou-se positivo em 12,9 milhões de euros, o que representa uma evolução de 4,5 milhões de euros face ao registado em 2018, justificado pelo acréscimo

¹⁰ Relativamente às empresas subsidiárias da CP.



CONSELHO FISCAL

das prestações de serviços em 6,3%.

É de salientar que a CP, a Medway e a Metro do Porto, S.A. continuaram a ser os clientes mais importantes da empresa, representando 93% do total das vendas e prestação de serviços.

No final de 2019, a EMEF contava com 1009 trabalhadores, representando uma redução de 2% face a 2018 (1031).

Salienta-se, como já foi referido, que foi aprovada a fusão da EMEF com a CP com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020.

- **FERNAVE**

A FERNAVE apresentou um resultado líquido positivo de 365,2 milhares de euros, representando um aumento de 470% em relação ao ano anterior, em resultado do aumento das vendas e prestações de serviços (29%) e dos FSE (27%) e a redução dos gastos com pessoal em 29%.

Neste contexto, o resultado operacional da FERNAVE foi de 493,7 milhares de euros, e o EBITDA de 494,7 milhares de euros

A empresa terminou, o ano de 2019, com 9 trabalhadores, o mesmo número que em 2018.

- **ECOSAÚDE**

No ano de 2019 a empresa registou uma recuperação das prestações de serviço em 5,6% (+ 120 milhares de euros) em relação ao ano anterior.

O EDITDA foi positivo em 29,3 milhares de euros, o resultado operacional positivo de 1,8 milhares de euros e o resultado líquido negativo de 18,3 milhares de euros.

Apesar do aumento da prestação de serviços, verificou-se um acréscimo em Fornecimentos e Serviços Externos (11,9%) devido ao aumento de gastos da mão-de obra médica e de enfermagem em regime de prestação de serviços. Salienta-se a redução dos gastos com pessoal (6,6%).

Em termos de recursos humanos, a empresa contava, no final de 2019, com 26 trabalhadores do quadro, menos 1 face ao ano anterior.

- **SAROS**

Em linha com desempenhos obtidos em exercícios anteriores, a SAROS registou um resultado líquido positivo de 405 milhares de euros, superior em 0,7% ao ano anterior (402 milhares de euros).

Registou em 2019 um acréscimo de Vendas e Serviços Prestados de 0,6%, situando-se nos 485 milhares de euros, e um EBITDA positivo de 499 milhares de euros, superior a 2018 (495 milhares de euros).

5. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., e do Relatório dos Auditores Externos, Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro e Associados, SROC, Lda., com os quais concordamos, tendo os mesmos sido considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

O CF analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2019, e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases mencionadas tanto na Certificação Legal das Contas como no Relatório dos auditores externos.

No âmbito das suas funções, o CF verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2019, com as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e no Relatório dos auditores externos.

Lisboa, 31 de julho de 2020.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

ANTÓNIO JOSÉ FARINHA SIMÃO

Digitally signed by ANTONIO
JOSE FARINHA SIMAO
Date: 2020.07.31 14:12:26 +0100'

António Farinha Simão

Os Vogais,

TERESA ISABEL CARVALHO COSTA

Assinado de forma digital por
TERESA ISABEL CARVALHO
COSTA
Dados: 2020.07.31 11:54:56 +0100'

Teresa Costa

Cristina Maria Pereira Freire

Digitally signed by Cristina Maria
Pereira Freire
Date: 2020.07.31 12:20:51 +0100'

Cristina Freire



COMBOIOS DE PORTUGAL